



CRISTIANE REIS DE SOUZA

**MULHERES, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORAS DE
UM MUNICÍPIO DO CAMPO DAS VERTENTES DE MINAS
GERAIS**

LAVRAS - MG

2022

CRISTIANE REIS DE SOUZA

**MULHERES, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORAS DO CAMPO
DAS VERTENTES DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável
e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento e
Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

Profa. Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing
Orientadora

LAVRAS - MG

2022

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

Souza, Cristiane Reis de.

Mulheres, Trabalho e Economia Solidária : Estudo de caso da Associação de Agricultoras de um Município do Campo das Vertentes de Minas Gerais / Cristiane Reis de Souza. - 2022.

99 p. : il.

Orientador(a): Vera Simone Schaefer Kalsing.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Mulheres Rurais e Trabalho. 2. Cuidado e Reprodução da vida. 3. Divisão sexual do trabalho e Economia Solidária. I. Kalsing, Vera Simone Schaefer. II. Título.

CRISTIANE REIS DE SOUZA

**MULHERES, TRABALHO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO DE CASO DA ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORAS DO CAMPO
DAS VERTENTES DE MINAS GERAIS**

**WOMEN, LABOR, AND SOLIDARITY ECONOMY:
A CASE STUDY OF THE ASSOCIATION OF WOMEN FARMERS AT CAMPO
DAS VERTENTES MESOREGION IN THE STATE OF MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras,
como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação
do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável
e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento e
Extensão, para a obtenção do título de Mestre.

APROVADA em 6 de maio de 2022.

Dra. María De Los Ángeles Arias Guevara - UFLA

Dr. Wagner do Reis Marques Araújo - UEMG

Profa. Dra. Vera Simone Schaefer Kalsing

Orientadora

LAVRAS - MG

2022

*Ao meu filho Filipe,
Por todo amor, companheirismo e cumplicidade que partilhamos.
Que minhas ações falem mais que minhas palavras.*

Dedico

In memoriam:

*Waldemar Corrêa de Souza, meu pai
que me ensinou tanto com seu exemplo e
foi o melhor homem que conheci.*

*João Baptista Ferreira Gelpi,
que me mostrou o mundo
e alimentou minha fome de conhecimento.*

*A vocês, que hoje repousam sob a mesma lápide,
Meu amor e gratidão eternos.*

AGRADECIMENTOS

A Deus. Porque d'Ele, por Ele e para Ele são todas as coisas.

À minha mãe, pelo exemplo de fé e pelo amor em forma de constante oração.

À Universidade Federal de Lavras, por me proporcionar a oportunidade de crescimento acadêmico e profissional.

Ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, por trazer a proposta de um programa multidisciplinar, dialógico e por formar profissionais comprometidos com a sustentabilidade.

À minha orientadora Vera, pelas importantes contribuições e ensinamentos.

Aos colegas de turma, por caminharmos juntos mesmo que online, que mesmo enfrentando todas as vicissitudes de concluir o mestrado em tempos de pandemia, não deixamos de nos ajudar, incentivar e rir de nós mesmos.

Às mulheres incríveis da AMAGRI, que foram extremamente generosas comigo, doando seu tempo e sua história. Exemplos de vida e de trabalho!

À professora Maria, com quem aprendi que é possível abandonar a neutralidade científica e me posicionar enquanto pesquisadora. Pela companhia durante as idas à campo e por partilhar comigo seu conhecimento. Você me inspira a colocar o coração na pesquisa.

À equipe da Diretoria de Contratos e Convênios – UFLA, Fábio, Flávio, Marcelo e Thiago, que foi a melhor equipe da qual eu poderia fazer parte. Pela troca diária, pelo apoio, pelas risadas e principalmente por segurarem as pontas na minha ausência.

A Fábio Costa Lasmar, pelo incentivo, pelos conselhos, pela ajuda, por ser um grande líder e por sua grande generosidade. Aprendi e aprendo muito com você.

A Carlos Magno Torres, Magu, por acompanhar e incentivar durante todo processo, pelos bons ventos e por sempre me encontrar no “tempo da delicadeza”.

Obrigada!

*Deixa, deixa, deixa eu dizer o que penso desta vida
Preciso demais desabafar!
Deixa, deixa, deixa eu dizer o que penso desta vida
Preciso demais desabafar!
Suportei meu sofrimento
De face mostrada e riso inteiro
Se hoje canto meu lamento
Coração cantou primeiro
E você não tem direito
De calar a minha boca
Afinal me dói no peito
Uma dor que não é pouca!*

(Ivan Lins e Ronaldo Monteiro de Souza)

RESUMO

Historicamente, as mulheres têm ocupado posições inferiores aos homens no mundo do trabalho e, a abordagem de gênero e trabalho na Economia Solidária pode contribuir para a construção de um paradigma de economia em que se apresenta uma possibilidade de superação dessas diferenças. O fortalecimento da participação das mulheres nessas práticas vem ocorrendo por meio de empreendimentos protagonizadas por elas, assentados em ideais de ajuda mútua e autossustentabilidade, com a finalidade de gerar renda, criar espaços para a troca de experiência, resgatar a autoestima e promover a integração de grupos de pessoas com interesse comum. O presente trabalho busca inserir as reflexões teóricas sobre a Divisão Sexual do Trabalho no contexto das práticas de economia solidária e tem o objetivo de olhar, a partir do “lugar de fala” das mulheres, e refletir, pelas lentes da perspectiva de gênero, como elas problematizam as questões do trabalho e de que forma as práticas da Economia Solidária contribuem para essa problematização e na resignificação de seu trabalho. A metodologia utilizada foi o Estudo de Caso, usando como recursos instrumentos qualitativos de coleta e análise de dados, como entrevistas narrativas, observação participante e análise documental. Nesta pesquisa, as mulheres são as donas da palavra e nos contam, a partir de seu cotidiano, suas experiências de vida e de trabalho. A pesquisa foi realizada junto às associadas da AMAGRI – Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões, associação que tem o objetivo de unir mulheres produtoras rurais, artesãs e quitandeiras, para o fortalecimento de suas atividades. As perspectivas teóricas das questões relacionadas a trabalho e gênero, trazidas pelas estudiosas da Divisão Sexual do Trabalho e da Economia Feminista ajudaram a enxergar, nas narrativas das entrevistadas, padrões que continuam se repetindo, como a divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidado, e a sobrecarga de trabalho que impede as mulheres de participarem mais ativamente das atividades da Associação. Os estudos sobre a Economia Solidária ajudaram a identificar importantes conquistas advindas da participação coletiva na Associação, como o fortalecimento do protagonismo das mulheres em relação ao trabalho, o combate da invisibilidade do trabalho feminino e o ganho de autonomia e bem-estar pessoal. A Associação se revelou um potencial espaço de partilha, de ajuda mútua e de desenvolvimento da consciência cidadã.

Palavras-chave: Mulheres rurais. Trabalho. Cuidado e Reprodução da Vida. Divisão Sexual do Trabalho. Economia Solidária.

ABSTRACT

Historically, women have occupied lower positions in relation to men in the world of work and the gender and work approach in Solidary Economy may contribute to the construction of an economy paradigm where the possibility of overcoming those differences is presented. The strengthening of the participation of women in these practices has been taking place through projects led by them, based on ideals of mutual help and self-sustainability, with the purpose of generating income, creating spaces for experience exchange, restoring self-esteem and promoting the integration of people groups with a common interest. The present paper has the purpose of inserting the theoretical reflections on the Sexual Division of Labor in the context of the Solidary Economy practices, and it has the scope of examining, from women “place of speech”, and reflecting, through the spectacles of gender perspective, how they problematize the issues of labor, and in what way the Solidary Economy practices add to the problematization and the resignification of their work. The present Case Study used as resources qualitative tools of data collection and analyses, like narrative interviews, direct observation and documental analyses. In this research, the women are the holders of the word, and they tell us, from their daily life, their life and work experiences. The research was carried out with the women associated to AMAGRI – *Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões*, (Women Farmers Association of the city of Perdões) an association that has the purpose of joining together rural women producers, craftswomen and stallholders, in order to strengthen their activities. The theoretical perspectives of the issues related to labor and gender, brought about by those studying the Sexual Division of Labor and Feminist Economy helped to observe, from the interviewee’s narratives, patterns that keep on repeating themselves, like the unequal Division of household and care work, and the work overload which prevent the women from engaging the activities of the Association in a more active way. The studies on Solidary Economy have helped to identify important achievements resulting from the collective participation in the Association, like the strengthening of women protagonism concerning labor, the fighting the invisibility of women’s work and the gain of autonomy and personal well-being. The Association showed itself as a potential sharing space, mutual help, and development of citizen consciousness.

Keywords: Rural Women. Labor. Care and Reproduction of life. Sexual Division of labor. Solidarity Economy

LISTA DE SIGLAS

AMAGRI - Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões

APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

CAE – Conselho de Administração Escolar

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

DRPE – Diagnóstico Rápido, Participativo e Emancipador

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCUBACOOOP - Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras

LATEMP - Lar, Trabalho e Escola do Menor Perdoense

ONU- Organização das Nações Unidas

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB - Produto Interno Bruto

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

TLC- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	CONSIDERAÇÕES Teóricas	19
2.1	Gênero e Patriarcado	19
2.2	Divisão Sexual do Trabalho	21
2.3	O (não) trabalho das mulheres: reprodução e cuidado	23
2.4	Economia Solidária e Economia feminista.....	27
3	Revisão de literatura e contextualização	29
3.1	Raízes da Economia Solidária	29
3.2	Economia Solidária e Feminista e os desafios da Divisão Sexual do Trabalho	33
3.3	O trabalho feminino no contexto da pandemia.....	42
4	PERCURSO METODOLÓGICO	46
5	AMAGRI: Entre vida, trabalho e união. Uma história tecida a várias mãos	54
5.1	Caracterização da AMAGRI	54
5.2	Um diagnóstico participativo e emancipador	58
5.3	Me conta sua história.....	73
5.3.1	Meu trabalho é importante.....	73
5.3.2	Unindo nossas mãos: a Associação e as oportunidades	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	ANEXO A	97
	ANEXO B	98
	ANEXO C	99

1 INTRODUÇÃO

*“Quando nasci um anjo esbelto,
 desses que tocam trombeta, anunciou:
 vai carregar bandeira.
 Cargo muito pesado pra mulher,
 esta espécie ainda envergonhada.
 Aceito os subterfúgios que me cabem,
 sem precisar mentir.
 Não sou tão feia que não possa casar,
 acho o Rio de Janeiro uma beleza e
 ora sim, ora não, creio em parto sem dor.
 Mas o que sinto escrevo. Cumpro a sina.
 Inauguro linhagens, fundo reinos
 - dor não é amargura.
 Minha tristeza não tem pedigree,
 já a minha vontade de alegria,
 sua raiz vai ao meu mil avô.
 Vai ser coxo na vida é maldição pra homem.
 Mulher é desdobrável. Eu sou.”
 (Com licença poética – Adélia Prado)*

“Carregar bandeira, cargo muito pesado para mulher”. Pesado sim, mas nunca nos furtamos dele! Até porque nunca houve alternativa! E, nessa sina de “carregar bandeira”, apresento-vos a bandeira que ora carrego: a inclusão das reflexões sobre o trabalho feminino no contexto da Economia Solidária. Considerando que esta, que é chamada de “outra economia”, tem revelado possuir uma face feminina, que se mostra nas características da solidariedade, da ajuda mútua, da cooperação e do cuidado, atributos tão presentes no ato constante do “desdobrar-se” das mulheres.

Minha motivação para pesquisar e escrever sobre este tema começou ao cursar a disciplina de Relações de Gênero e Processos de Empoderamento, do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA. Pela primeira vez, parei para pensar na problematização das questões relacionadas ao ser mulher nessa nossa sociedade tão androcêntrica. Ser convidada pela professora Vera, titular da disciplina e hoje minha orientadora, a participar do MURA - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre

Mulher e Raça, foi um grande incentivo que aguçou minha curiosidade e vontade de me aprofundar mais sobre assuntos como gênero e patriarcado, mas foi a temática da divisão sexual do trabalho que conquistou minha predileção.

Portanto, quis unir neste trabalho de conclusão de curso, dois assuntos que me encantam e apaixonam: o trabalho feminino e a economia solidária. Sendo a economia solidária apontada como um novo modo de produção, em que as ações são pautadas pela mútua cooperação e pela igualdade dos direitos, sigo eu, mulher, trabalhadora, estudante, mãe e dona de casa, conciliando as tarefas de reprodução e cuidado com as tarefas acadêmicas, tentando alçar voos em busca da compreensão da chamada “outra economia”. Busco entender de que forma essa economia, vista sob a perspectiva de gênero como uma economia do cuidado, com características atribuídas ao feminino, poderia mudar a realidade de tantas mulheres que encontram nela a esperança de uma vida melhor.

Minha avó materna era costureira, completava o orçamento da família com longas horas, noite adentro, numa máquina de costura. Tinha um talento especial para trabalhos minuciosos e delicados, como franzidos, babados e acabamentos, e, mesmo à custa de sua saúde frágil que lhe entortou os ossos e deformou as articulações, enfrentava o trabalho com coragem e entusiasmo. Minha avó paterna ficou viúva aos 26 anos, grávida do 9º filho. Seu filho mais velho tinha 11 anos à época. Morava na roça e vivia da terra. Criou os filhos à custa de muito sacrifício e pouca ajuda. Hoje, num contexto de realidade bem diferente do que elas viveram, posso usar de meu trabalho e de meu conhecimento para repensar as condições do trabalho feminino e a rede de cooperação e solidariedade que as mulheres vêm tecendo ao longo dos anos para enfrentar a realidade às vezes tão desigual. Numa sociedade onde, culturalmente, o homem toma o papel principal no mundo da produção, as mulheres vêm trabalhando nas sombras, no trabalho de reprodução da vida e do cuidar, para manter de pé o que os sustenta. Penso na vida e na labuta de minhas avós e de tantas mulheres que, como elas, enfrentaram todas as dificuldades, sozinhas, para que chegássemos até aqui. Fico imaginando se elas pudessem contar com uma rede de mulheres semelhantes a elas, costureiras e trabalhadoras rurais. Mulheres que buscassem juntas enfrentar os problemas e buscar saídas. O quanto faria diferença em suas vidas essa rede de apoio! Como eu gostaria hoje de sentar com minhas avós, para um café com bolinhos de chuva e dizer pra elas que a sua neta está trabalhando para que tantas mulheres não precisem passar pelo que elas passaram, sozinhas! A

bandeira delas segue comigo. O legado delas está vivo! Aprendi com elas a resiliência, que se tece com paciência e fé, assim como se faz os pontos de uma costura perfeita, assim como se espera o tempo certo da colheita. E acredito num futuro em que as suas bisnetas e tataranetas viverão em um mundo mais humano, mais cooperativo e mais igual. Com a suas bênçãos, vó Biliça e vó Lia, inicio meu legado!

No mundo que conhecemos dos últimos séculos, o sistema capitalista de produção firmou sua lógica clara, guiada pelo monetarismo, pela concorrência e pela exploração da força de trabalho, numa economia baseada no interesse individual. Nesse mundo, em que o capital dita as regras, as mulheres sempre trabalharam, mas, nem sempre seu trabalho foi reconhecido. Ele só começa a ser legitimado e contabilizado economicamente quando assalariado. Esse comportamento deixou de lado todo o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito doméstico. Afinal, sempre foram elas que se desdobraram nas funções de cuidar, lavar, passar, cozinhar, limpar, maternar. Funções histórica e culturalmente consideradas como “obrigação” da mulher.

Historicamente, as mulheres têm ocupado posição inferior aos homens também no mercado de trabalho, em cargos de menor importância, com salários menores e condições nem sempre dignas. Muitas vezes, a dificuldade em conseguir conciliar as tarefas domésticas com as atividades profissionais, deixa as mulheres em desvantagem, relegando-as a posições secundárias e a salários mais baixos. Essas e outras questões relativas à disparidade do trabalho de homens e de mulheres são abordadas nos estudos denominados de Divisão Sexual do Trabalho, que constata que o lugar ocupado pelas mulheres sempre foi afetado por essa simbologia de que existe diferença entre “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” e o trabalho do homem vale mais do que o trabalho da mulher (KERGOAT, 2009).

Um estudo denominado Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil, divulgado em março de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos mostra a realidade do mundo laboral das mulheres. Os dados fazem parte da segunda edição do estudo e dão conta que, em 2019, 54,5 % das mulheres com idade a partir de 15 anos integravam a força de trabalho brasileira, enquanto que o percentual masculino era de 73,7%. Com relação à diferença salarial, a pesquisa mostra que, em 2019, as mulheres receberam 77,7% do montante ganho pelos homens. Essa desigualdade atinge maiores proporções nos cargos e funções cujos salários são maiores. O nível de ocupação de mulheres, na faixa etária entre 25 e 49 anos, com filhos de até três anos, foi

de 54,6%, comparado às 67,2% do índice de ocupação das mulheres, da mesma idade, sem filhos. Ao pesquisar sobre o impacto dos trabalhos domésticos, foi apurado que as mulheres dedicam quase o dobro do seu tempo aos afazeres da casa ou ao cuidado de outras pessoas. Enquanto nós dedicamos 21,4 horas semanais, os homens dedicam 11 horas. O fato de ter de conciliar o trabalho de casa com o trabalho fora fez com que um terço das mulheres trabalhassem em tempo parcial. Outro dado interessante revelado pela pesquisa é que, quanto menor a renda da mulher, mais tempo ela gasta com os cuidados da casa (IBGE, 2021).

A abordagem de gênero e trabalho na Economia Solidária pode contribuir para a construção de outro paradigma de economia em que se apresenta uma possibilidade de superação dessas diferenças. As práticas da Economia Solidária têm se mostrado como uma alternativa ao sistema de produção capitalista e, conseqüentemente, como alternativa ao sistema patriarcal da divisão do trabalho, promovendo um espaço de mútua cooperação, inclusão produtiva de grupos marginalizados e excluídos, ressignificação do trabalho e do lugar ocupado pela mulher na sociedade. Enquanto no capitalismo as relações de trabalho são baseadas na concorrência e na exploração da força de trabalho, na Economia Solidária, as relações são baseando-se na ajuda mútua, no trabalho livre e coletivo e na igualdade entre os participantes. O fortalecimento da participação das mulheres nessas práticas vem ocorrendo através de empreendimentos protagonizadas por elas, assentados em ideais de ajuda mútua e autossustentabilidade, com a finalidade de gerar renda, criar espaços de convivência para a troca de experiência e o compartilhamento de crenças e valores, resgatar a autoestima e promover a participação e integração de grupos de pessoas com interesse comum.

O presente estudo procura inserir as reflexões teóricas sobre o trabalho feminino no contexto das práticas de economia solidária, buscando, a partir da narrativa das experiências das mulheres, refletir como são problematizadas as questões do trabalho e da vida cotidiana, compreendendo de que forma essas práticas contribuem na reflexão, no debate e na ressignificação do trabalho na vida das mulheres, de forma a permitir que possam se expressar, ocupar seu lugar na sociedade e alcançar seus objetivos de autonomia e bem estar pessoal. Neste sentido, apresentam-se as seguintes questões de pesquisa: como as mulheres visualizam e problematizam o trabalho de produção e reprodução em seu cotidiano? De que forma as práticas da economia solidária, no dia a

dia das atividades da associação a qual pertencem, contribuem para essa reflexão, para a prática da cidadania e para a busca de autonomia e bem estar pessoal?

A fim de buscar as respostas a essas questões, o presente estudo tem como objetivo geral olhar, a partir do “lugar de fala” das mulheres pesquisadas, e refletir, pelas lentes da perspectiva de gênero, como elas problematizam as questões do trabalho e de que forma as práticas da economia solidária contribuem nessa problematização e na ressignificação de seu trabalho, de forma a poderem se expressar, ocuparem seu lugar na sociedade e alcançarem seus objetivos de autonomia e bem estar pessoal. Como objetivos específicos temos:

1. Investigar sobre a história da Associação, como nasceu, quem são suas fundadoras, suas associadas e quais são seus objetivos;
2. Compreender de que forma as mulheres enxergam o seu trabalho: trabalho doméstico, trabalho do cuidado, trabalho no campo e na Associação;
3. Investigar quais os anseios e demandas do grupo relativos às atividades da Associação. Quais as metas, planos desafios e necessidades;
4. Compreender de que forma as práticas de Economia Solidária realizadas no âmbito da associação podem auxiliar no processo de emancipação dessas mulheres, como autonomia financeira, participação cidadã e como espaço de interação e de ajuda mútua.

Podemos observar que a igualdade preconizada pelos fundamentos da Economia Solidária ainda não foi plenamente alcançada pelas mulheres. Apesar de sua crescente e expressiva participação nas ações dessa nova forma de empreendimento, podemos notar determinados padrões que indicam que o lugar da mulher continua sendo inferiorizado. Dados apontam que os empreendimentos solidários femininos geralmente são aqueles de menor porte e menor renda, apresentando maior fragilidade econômica e, muitas vezes, funcionando na informalidade. Apesar disso, as mulheres têm encontrado na Economia Solidária uma alternativa ao desemprego e uma forma de conseguir conciliar as multitarefas do trabalho doméstico, encontrando seu espaço de luta, debate, reflexão, crescimento pessoal e desenvolvimento da cidadania (GUERIN, 2005; OLIVEIRA, 2005; ESMERALDO, 2018; SILVA, OLIVEIRA E NÓBREGA, 2018).

Esta pesquisa foi desenvolvida junto às mulheres associadas da AMAGRI - Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões. A associação foi criada em maio de 2017 com o intuito de unir mulheres produtoras rurais para o fortalecimento de suas

atividades, oferecendo seus produtos por meio do PAA - Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento e também em feiras livres. A Associação conta atualmente com 35 mulheres associadas das comunidades rurais de Perdões.

Ao trazer uma abordagem de gênero e trabalho para as reflexões sobre a Economia Solidária, pretendo contribuir para a construção de outro paradigma de economia em que se apresenta uma possibilidade de superação dessas diferenças e a busca por mais equidade entre homens e mulheres.

Quanto à inserção social deste trabalho, os principais impactos percebidos com o desenvolvimento desta pesquisa são sociais, educacionais, econômicos e ambientais. Sociais e educacionais no sentido de levar à visualização e reflexão sobre a realidade da divisão sexual do trabalho e suas implicações na vida das mulheres, contribuindo para a busca de mudança, de rompimento dessa lógica que vem reforçando a desigualdade entre os gêneros e a opressão das mulheres. Portanto, é necessário incorporar essas reflexões como um importante instrumento de análises e propostas, visando contribuir para a superação das desigualdades.

A Economia Solidária pode contribuir com a luta feminista à medida que romper com a naturalização da divisão sexual do trabalho. Como se baseia em princípios contra-hegemônicos, pode ser o espaço mais favorável para avançarmos no rompimento com essa divisão. Para isso, é preciso garantir a distribuição igualitária dos trabalhos na família, visibilizando o trabalho reprodutivo como parte integrante e necessária da cadeia produtiva. Existe um campo muito fértil para a construção de relações mais justas e igualitárias a partir das perspectivas da Economia Solidária.

Fomentar a reflexão sobre o trabalho poderá ser uma importante estratégia de construção da autonomia financeira das mulheres. Ao mesmo tempo em que visualizam a importância de seu trabalho na Economia Solidária e repensam o significado e o valor de seu trabalho reprodutivo e do cuidado, as mulheres podem ressignificar o trabalho de forma a agregar valor a ele. É necessário ampliar o olhar, tentando analisar o trabalho das mulheres e sua inserção nos grupos de produção, na organização, no acesso às finanças, comercialização e administração participativa. É importante que as mulheres visualizem seus direitos dentro do grupo ao qual pertencem e mais, na sociedade da qual fazem parte. É necessário discutir sobre a equidade dos rendimentos, a participação em todo o processo da cadeia produtiva, a participação nas decisões e na gestão. Importante também levar à

reflexão de como se dá o acesso das mulheres às políticas públicas de crédito e de assistência técnica e como estão desenvolvidas as políticas públicas de Economia Solidária, levando-se em conta a perspectiva de Gênero.

Discutir estas questões, apresentar proposições e vivenciar experiências, torna-se tarefa cotidiana e coletiva para quem acredita nesse novo jeito de produzir, comercializar e consumir. Desta forma, a construção da Economia Solidária, com uma perspectiva feminista, passa por impulsionar para que as mulheres rompam limites, de modo a assumir mais as tarefas de produção, comercialização, gestão financeira, negociação, incorporação das tecnologias e que tenham acesso a crédito.

Por fim e nunca menos importante, os impactos ambientais se dão a partir do momento em que as mulheres visualizam sua proximidade com a natureza, traduzida no cuidado, na busca por alimentos saudáveis para sua família, no dom de gerar vida, bem como no seu trabalho no campo. Ao passo em que também visualizam que, assim como a natureza, as mulheres sofrem sob o poder das mesmas forças androcêntricas do capitalismo, reforçando a necessidade e a vontade de lutar, junto com a natureza, para barrar a destruição e toda forma de opressão.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

É importante esclarecer sobre quais enfoques e perspectivas teóricas este trabalho foi construído. De forma a facilitar a compreensão do pensamento aqui desenvolvido, apresento a seguir algumas categorias teóricas importantes. Por tratar da inserção da mulher no mundo do trabalho, as reflexões aqui apresentadas inserem-se na discussão a respeito de gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e trabalho de reprodução e cuidado. Será também apresentado o enfoque a respeito da Economia Solidária.

2.1 Gênero e Patriarcado

O conceito de gênero começou a ser usado no final dos anos 1970 e, no Brasil, ao final dos anos 1980, sobretudo pelas feministas pós-estruturalistas. Uma mudança epistemológica se deu na transferência do foco dos estudos da categoria “mulher” para a categoria “gênero”. O que antes se centrava na diferença sexual, quando a mulher era caracterizada como o “outro sexo”, passa a se centrar nos processos de construção da feminilidade e da masculinidade e na relação existente entre os sexos, conforme salienta Vera Kalsing (2008).

A perspectiva pós-estruturalista defendia que as diferenças entre homens e mulheres iam muito além do determinismo biológico e que existia toda uma construção cultural do masculino e do feminino. Segundo esse pensamento, o sexo de um indivíduo seria determinado biologicamente, enquanto o gênero se trataria de uma categoria de ideias e ideais de masculinidade e feminilidade que podem diferir em sociedades distintas e em momentos diferentes da história. Dessa forma, de acordo com essa linha de pensamento, o termo gênero se refere à construção das identidades subjetivas de homens e mulheres. Ao usar esse termo objetiva-se incluir todas as relações sociais que, embora possam incluir o sexo biológico, não são determinadas somente por ele. Para Joan Scott, gênero é também “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 88).

Já o termo Patriarcado, em sua origem, está relacionado a um sentido religioso, se referindo aos patriarcas bíblicos. Segundo Christine Delphy (2009), no sentido social, esse termo se relacionava à figura paterna, cujo significado une as palavras gregas *pater* (pai) + *arkhe* (origem e comando). Os autores do século XIX utilizam o termo com uma

conotação apreciativa, relacionada à vida em comunidades agrícolas, pequenas unidades de produção que eram comandadas tradicionalmente pelos chefes de família, ou seja, pelos patriarcas. Foi o movimento feminista do final dos anos 1960 que trouxe novamente o patriarcado de volta à discussão acadêmica, o que não foi um consenso e provocou interpretações conflitantes, levando algumas teóricas a refutarem o termo, propondo a substituição por outros, como androcentrismo, falocracia e relações de gênero, para se referenciar ao domínio e opressão masculina sobre as mulheres (PATEMAN, 1993). Isso se deu porque alguns teóricos defendiam que o patriarcado era característica de sociedades monárquicas, pré capitalistas, negando sua presença na sociedade capitalista, onde o indivíduo seria livre para fazer suas escolhas e todos seriam iguais entre si. Para teóricas como Carole Pateman (1993) e Heleieth Saffioti (2004, 2009), essa interpretação tradicional mascara e legitima a dominação masculina que subsiste nas sociedades modernas e capitalistas. Saffioti ressalta que o conceito reformulado de patriarcado consegue embarcar todos os outros termos propostos, visto que patriarcado mostra, de forma clara, a força da instituição, “uma máquina bem azeitada, que opera sem cessar” (SAFFIOTI, 2009, p. 6), sendo que muitas vezes, acionada por mulheres, que apesar de não serem cúmplices, agem de forma a colaborar com o funcionamento dessa máquina.

Saffioti (2004, 2009) critica as teóricas que abandonaram o uso do conceito de patriarcado e passaram a usar exclusivamente o termo gênero, considerado mais “palatável”. Ela defende que não se tratava de adotar um conceito em detrimento de outro. Alerta para o perigo de, no intuito de se combater o essencialismo biológico, se cair no essencialismo social. Para ela, o ser humano constitui uma totalidade. No essencialismo social, a materialidade do corpo desaparece. O exercício da sexualidade se dá no meio social e obedece às normas do período histórico em que acontecem.

Saffioti (2009) acredita que gênero é um termo mais amplo e pode significar relações igualitárias entre homens e mulheres, enquanto patriarcado, mais específico, trata da relação de dominação material e simbólica dos homens sobre as mulheres. Para ela, o patriarcado seria uma relação de gênero, configurando-se em um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade, tem uma base material e corporifica-se, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. A autora concorda com Pateman (1993) ao afirmar que o patriarcado não se delimita apenas à esfera privada, ao contrário, o poder patriarcal atinge todas as estruturas da sociedade, da esfera privada à pública, da sociedade civil ao Estado. A ordem patriarcal

assegura aos homens os meios de produção e reprodução da vida social, onde eles se relacionam de forma hierárquica, desempenhando funções sociais diferenciadas. Em contrapartida, as mulheres desempenham o papel de objetos sexuais dos homens, produtoras e reprodutoras da força de trabalho. Trata-se, portanto, de uma dominação/exploração que se configura como opressão contra as mulheres.

O patriarcado serve aos interesses da classe dominante, tendo sua base material e social explicitada na divisão sexual do trabalho, em que as mulheres são responsáveis pelos serviços domésticos e sexuais prestados aos seus companheiros de forma gratuita. O patriarcado trata, portanto, do poder político do homem, onde há graus diferenciados de dominação e exploração sobre as mulheres (SAFFIOTI, 2009).

2.2 Divisão Sexual do Trabalho

Para Flávia Biroli (2016), o lugar ocupado pelas mulheres no mercado de trabalho e a divisão social de papéis entre homens e mulheres, que historicamente as têm colocado em uma posição de desprestígio, são consequências de um processo sócio-histórico marcado por determinantes diversos de uma maneira geral em cada sociedade.

Foi na França que as pesquisas relacionadas à Divisão Sexual do Trabalho, lançaram as bases teóricas de seu conceito, impulsionadas pelo movimento feminista. Hirata e Kergoat (2007, p. 596) assinalam que, na França, o termo divisão sexual do trabalho é aplicado a duas acepções de conteúdos distintos: de acordo com a primeira, “estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos” e a segunda acepção defende que falar em termos de divisão sexual do trabalho é “mostrar que essas desigualdades são sistemáticas e articular essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades e, portanto, os sexos, em suma, para criar um sistema de gênero”.

A socióloga Cristina Bruschini (1994, p.17-18) ressalta a importância desse objeto de pesquisa que “foi a porta de entrada dos estudos sobre a mulher na academia brasileira”. Ela lembra que, entre muitos outros assuntos relacionados à condição feminina, “o tema trabalho foi privilegiado nos estudos de gênero, tendo sido o primeiro a logo conquistar o selo da legitimidade, inclusive nas universidades brasileiras”.

Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) ressaltam dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho: o princípio da separação, onde parte-se da ideia que existe trabalho de homem e trabalho de mulher e o princípio hierárquico, onde o trabalho do homem tem mais valor e é mais importante que o trabalho da mulher. Essa forma de organizar o mundo do trabalho e o cotidiano da vida legitima e atende às exigências do modelo de desenvolvimento capitalista, que associa aos homens, a produção e a esfera pública, e às mulheres, a reprodução e a esfera doméstica, estabelecendo uma hierarquia social, econômica e cultural.

No meio rural ainda há uma separação, conforme foi relatado por Maria Ines Paulilo (1987). Existe o que chamam de “trabalho leve” e “trabalho pesado”. Segundo a autora existe uma ideia de que o trabalho pesado é trabalho de homem e o trabalho leve é trabalho de mulher e de criança. Porém, a autora traz relatos de pessoas de diferentes regiões e constatou que, conforme a região, os conceitos do que é leve e o que é pesado diferem. “A falácia da ‘naturalidade’ da distinção entre trabalho ‘leve’ e ‘pesado’ salta aos olhos ao constatarmos a variação que sofre conforme o lugar. No sertão, as mulheres consideravam ‘pesado’ o que no brejo era ‘leve’” (PAULILO, 1987, p.3). A autora conclui que o que caracteriza se o trabalho é leve ou pesado nas comunidades pesquisadas, é o valor pago por ele e não o grau de esforço físico despendido em sua execução. Sendo assim, trabalhos com baixa remuneração são considerados tarefas de mulheres e crianças.

Para Bruschini (2002), um dos fatores que impedem uma melhor colocação da mulher no mercado de trabalho é a manutenção do modelo de família patriarcal, que confere a ela a responsabilidade pelas tarefas domésticas e a criação dos filhos. Mesmo considerando todas as transformações que ocorreram nas últimas décadas, as mulheres ainda dedicam a maior parte do seu tempo às tarefas domésticas e, quando trabalham fora, ganham menos que os homens. Ainda que atualmente elas tenham mais tempo de ensino formal que os homens e são a maior parte dos indivíduos que terminam o ensino superior, não foi possível superar as desigualdades entre mulheres e homens nos rendimentos e a maior precariedade nas relações de trabalho.

A presença da mulher no mercado de trabalho é, portanto, visivelmente afetada pela simbologia construída socialmente acerca dela e isto tem implicações diretas para a manutenção do capitalismo. Por isso, Mirla Cisne (2012, p. 112) alerta para o fato de que:

As análises de gênero não devem descrever as classificações/categorizações (ser homem/ser mulher), mas identificar

como os significados atribuídos a essas interferem e contribuem na construção do mundo do trabalho. É necessário perceber que a feminização do trabalho, explícita numa análise crítica da divisão sexual do trabalho, implica em determinações relevantes para a produção e para a reprodução do capital, que, para tanto, desenvolve uma superexploração sobre o trabalho e sobre as atividades desenvolvidas por mulheres, tanto na esfera pública quanto privada. Na esfera privada, pela utilização/responsabilização da mulher pela garantia da reprodução social, o que possibilita a produção social ser realizada com um custo menor; na esfera pública pela desvalorização, subordinação, exploração intensificada (por exemplo, baixos salários e desprestígios presentes no mundo produtivo).

2.3 O (não) trabalho das mulheres: reprodução e cuidado

No Dicionário Crítico do Feminismo, o trabalho doméstico é definido como: “um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família – domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres.” (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 257).

Para Silvia Federici (2018, p.42), o trabalho doméstico não é reconhecido como trabalho pelo capitalismo, propositadamente. Para ela, trata-se da “violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora.” Ele tem sido imposto às mulheres e transformado num “atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina.” Sendo assim, criou-se o senso comum de que o trabalho doméstico é “não-trabalho”, mas uma atividade natural, pertinente ao universo feminino, que nos traz plenitude, o que impede as mulheres de lutar contra essa condição.

Devemos admitir que o capital tem sido muito bem sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida [...] Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório (FEDERICI, 2018, p.44).

Para Federici, antes de lutar por seus direitos e por serviços sociais, as mulheres precisam reconhecer que o seu trabalho é trabalho. Ao sair de casa e procurar um trabalho remunerado, o trabalho doméstico continua a ser tarefa da mulher. Para Federici (2018, p.50), o segundo trabalho aumenta a exploração e também reproduz, fora de casa, o papel que as mulheres costumam realizar no privado, o serviço do cuidado, como enfermeiras, empregadas domésticas, professoras, secretárias, “todas as funções para as quais fomos treinadas dentro de casa”. Ter dois empregos significa para a mulher menos tempo, menos energia e mais empenho gasto na reprodução da própria força de trabalho, pois uma mulher deve estar apresentável tanto para o marido ou companheiro, caso o tenha, quanto para o mercado de trabalho.

Convidando as mulheres para que reflitam sobre a importância do trabalho doméstico, Federici alerta para o fato de que, embora não resulte em salário, as mulheres produzem o bem mais precioso para o mercado capitalista, a força de trabalho:

Se começarmos olhando para nós mesmas, que, como mulheres, sabemos que o dia de trabalho para o capital não necessariamente resulta em pagamento, que não começa e termina nos portões das fábricas, acabaremos redescobrimo a natureza e o escopo do próprio trabalho doméstico. Porque logo que levantamos a cabeça das meias que costuramos e das refeições que cozinhamos e contemplamos a totalidade da nossa jornada de trabalho vemos que, embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho. O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (FEDERICI, 2018, p.68).

O trabalho do cuidado, geralmente nominado pelas teóricas pesquisadoras com trabalho de *care* (cuidado, em inglês), se relaciona ao trabalho realizado, na maioria das vezes por mulheres, em favor das pessoas, no âmbito doméstico. Para Hirata (2010, p. 48), uma definição de *care* seria, “o tipo de relação social que se dá tendo como objeto outra pessoa.” Para a autora, “cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento

a suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição do *care*.” (HIRATA, 2010, p.43-44). A autora distingue dois tipos de trabalhos de *care*: o remunerado, exercido por cuidadores, enfermeiras, diaristas, etc., e o *care* não remunerado, exercido no âmbito na família. Segundo ela, a linha que separa um do outro é bastante tênue, pois o “amor, o afeto e as emoções não parecem ser do domínio exclusivo das famílias, assim como o cuidado, o fazer e a técnica não parecem ser do domínio exclusivo das ‘cuidadoras’, das ‘acompanhantes, das ‘auxiliares’ remuneradas.” Para a autora, o *care*, quando não remunerado, faz parte do trabalho doméstico.

Joan Tronto (2007) amplia o conceito de cuidado ao incluir o cuidado de si e do meio ambiente. Para ela, o cuidado inclui tudo o que fazemos para que possamos viver no mundo da melhor maneira possível. “Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável.” (TRONTO, 2007, p. 287).

A discussão a respeito do cuidado com o meio ambiente é trazida pelas estudiosas do Ecofeminismo. Angelin (2014) enfatiza que, ao longo do tempo, as mulheres desenvolveram uma proximidade com a natureza por várias questões, dentre elas o cuidado com a vida. Ao mesmo tempo houve uma naturalização dos papéis femininos. O que se percebe é que, ao longo da história, houve uma tendência a fixar identidades masculinas e femininas, baseadas em fatores de diferenciação natural entre homens e mulheres. A autora alerta que é preciso ter cuidado para não cairmos no erro de continuarmos a naturalizar a identidade feminina numa visão determinista, pois identidades não são determinadas biologicamente, mas construídas.

Para Herrero (2007), o patriarcado é um modelo de organização cuja característica é a dicotomia entre cultura/natureza, mente/corpo, razão/emoção, conhecimento científico/saber tradicional, ciência/experiência, público/privado entre outros, sustentando que uma parte é mais valiosa que a outra, associando-as ao masculino, ao passo que o lado feminino é representado pela parte mais fraca, da natureza, do corpo, emoção, saber tradicional, experiência e do privado. Assim se justifica ideologicamente o domínio e a exploração da natureza e das mulheres. Mas nem sempre foi assim, por exemplo, Françoise d’Eaubonne (1974, apud Flores e Trevizan, 2015) relata que a agricultura era tarefa feminina que, após a invenção do arado e da irrigação, foi apropriada pelos homens.

Graciela Rodriguez (2013, p.45) enfatiza que essa perspectiva binária, explicitada

por Descartes é, para muitos autores, a base para o pensamento dicotômico moderno. Segundo a autora, a crítica contemporânea a esse pensamento cartesiano, “tem mostrado que ele impede ou dificulta as flexibilidades, interações, duplas ou múltiplas causalidades ou até formas intermediárias que cada vez mais identificam um pensamento atual, capaz de incluir uma pluralidade de causas e interações entre os conceitos.”

Herrero (2007) observa que a economia de mercado torna invisível tudo aquilo que não gera valor monetário, assim como o trabalho de reprodução e cuidado, realizado historicamente pelas mulheres, imprescindíveis à manutenção da vida como dar à luz, alimentar, cuidar, cuidar das plantas, buscar lenha, água, etc. O sistema capitalista considera como população ativa, aqueles que estão em idade de trabalhar, sendo que, as pessoas que realizam trabalhos domésticos, sem remuneração são chamadas de população inativa. Algo semelhante acontece com a natureza, seu trabalho é silencioso e gratuito ainda que imprescindíveis à manutenção da vida no planeta e como não gera dinheiro, também são invisíveis para o mercado. Conforme salienta Rodriguez:

O esforço que historicamente tem sido realizado pelas mulheres e o trabalho silencioso que acontece na Natureza não contam economicamente, já que eles não passam pelo mercado, único espaço que confere valor no sistema capitalista. Esta completa falta de assinação de valor a uma e a outra destas atividades compõe no capitalismo o elemento básico da construção das relações de gênero e das relações com a Natureza (RODRIGUEZ, 2013, p.48).

Para Herrero (2007), o Ecofeminismo defende que são as mulheres que proveem aos seres humanos os recursos materiais, os cuidados e os afetos e, por exercitarem tarefas de criação de bem estar e satisfação das necessidades básicas, corporais e emocionais é que elas têm mais consciência da necessidade de frear a degradação do meio ambiente. Assim, seu objetivo essencial é conservar a terra e seus recursos, colocando como centro a vida e seus cuidados em contraposição a busca de benefício econômico a curto prazo.

Ao trazermos os conceitos e as reflexões sobre o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado, procuramos entender como se dão as relações sociais que os permeiam, e de que forma as mulheres são afetadas por essas relações.

2.4 Economia Solidária e Economia feminista

Para Paul Singer (2002), a Economia Solidária se insere no capitalismo em função dos vácuos criados por ele, criando oportunidades para que se desenvolvam organizações econômicas, cuja lógica se opõe a ele. O autor defende que, essa outra forma de economia, apresenta uma alternativa superior ao capitalismo, não em termos econômicos, mas por proporcionar às pessoas uma vida melhor em todos os sentidos. Seu desenvolvimento se dá por meio de grupos cooperados ou associados, que cultivam os valores da ajuda mútua, usando de forma justa e distinta as forças de produção, de forma a promover o crescimento econômico de forma sustentável. “O desenvolvimento solidário busca novas formas produtivas que respeitem a natureza e favoreçam valores como igualdade e autorrealização (...) submetendo-se ao crivo permanente dos valores ambientais, da inclusão social e da autogestão” (SINGER, 2004, p. 7).

Genauto França Filho e Jean Louis Laville (2004, p. 15) assim definem Economia Solidária:

[...] uma outra economia que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativista, oriundas da sociedade civil e dos meios populares. Tais iniciativas assumem diferentes configurações, desde aquelas que criam o seu próprio circuito de produção e consumo, alimentando cadeias sócio-produtivas autônomas e, em alguns casos, fortemente baseadas em relações não monetarizadas, até outras que empreendem relações mais permanentes com o mercado e desenvolvem diferentes tipos de parcerias com os poderes públicos. As formas assumidas por esta economia também variam de acordo com as diferentes regiões e países: de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos comunitários, clubes de trocas e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou os sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus.

Conforme salienta Antônio Cattani *et al*, (2009), o conceito de Economia Solidária é amplamente usado em diversos continentes com acepções variadas, mas que giram em torno da ideia de solidariedade, contrastando-se com o individualismo tão presente nas sociedades de mercado. Os autores definem a Economia Solidária como “atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática” (CATTANI *et al*, 2009, p. 162). E ainda, “o agir coletivo da economia solidária, consubstanciado na autogestão, institui novos protagonistas no

mundo do trabalho e nos embates da cidadania, em resposta a anseios de bem-estar, reconhecimento e vida significativa. (CATTANI *et al*, 2009, p. 166)” e, por não se submeter à lei da acumulação, ela pode se expandir em setores que não são interessantes para o mercado, mas de grande importância social, como os serviços de proximidade e os sistemas locais de produção, “nesse terreno, segundo a lição das experiências que alcançaram mais dinamismo, a economia solidária tem a possibilidade de aprofundar sua inserção e encetar redes mais amplas de cooperação econômica, garantindo adicionalmente outros fatores de qualidade de vida” (CATTANI *et al*, 2009, p.167).

A economia feminista é um campo das ciências econômicas que estuda a economia sob a visão feminista, questionando a ótica da sociedade de mercado. Ela faz uma crítica ao capitalismo, sistema em que a divisão sexual do trabalho é base da opressão contra as mulheres. A economia feminista se une a Economia Solidária na luta pela criação de novas práticas. Para Adriana Oliveira (2021), o objetivo principal da economia feminista é questionar os paradigmas da economia dominante, que reconhece apenas a produção mercantil. Ela viabiliza a contribuição das mulheres para a economia e mostra que o trabalho de produção não se desvincula do trabalho de reprodução. Inclusive há estudos que buscam quantificar o trabalho não remunerado das mulheres, defendendo a inclusão dos valores nas contas nacionais e nos cálculos do PIB, por exemplo. A visualização do tempo gasto no trabalho doméstico e de cuidado também se inclui nos estudos da economia feminista.

Lechat (2004, *apud* Pereira e Gonçalves, 2017) salienta que a questão feminina está atrelada à Economia Solidária, que é, por vezes, apresentada como uma economia do feminino, carregando traços e atribuições culturalmente atreladas à construção cultural do gênero feminino, tais como solidariedade e doação. Lechat aponta três associações entre a Economia Solidária e o gênero feminino:

- 1) é o setor onde as mulheres são a maioria;
- 2) o lado não mercantil e solidário, como característica supostamente associada às mulheres e
- 3) a luta histórica das mulheres por seus direitos e adoção das práticas de autogestão vem ganhando espaço e visibilidade no seio das práticas de Economia Solidária.

3 REVISÃO DE LITERATURA E CONTEXTUALIZAÇÃO

3.1 Raízes da Economia Solidária

A Economia Solidária tem suas raízes históricas alicerçadas no surgimento do cooperativismo, como forma de combate aos efeitos do capitalismo. Paul Singer afirma que ela nasceu pouco depois do sistema capitalista de produção e traça a trajetória histórica da Economia Solidária, que teve início no contexto da Revolução Industrial. O grande marco para o nascimento do cooperativismo se deu quando o processo de industrialização trouxe os trabalhadores rurais para os centros urbanos em busca de trabalho nas fábricas. O excesso de mão de obra acarretou diversos problemas, como a exploração da força de trabalho, baixos salários e condições insalubres. Mulheres e crianças eram ainda mais afetadas e submetidas a condições piores do que as dos homens (SINGER, 2002).

Entre as iniciativas para debelar a crise, apresentando um projeto alternativo ao capitalismo, um grande expoente, segundo Singer, foi o britânico Robert Owen, empresário do ramo têxtil, que ao dar um tratamento generoso e diferenciado a seus empregados, reduzindo a jornada de trabalho, proibindo o emprego de crianças e erguendo escolas, conseguiu aumentar a produtividade de suas empresas, chamando atenção para os resultados de suas ações, com suas propostas de melhorias nas condições de trabalho e, mais tarde, suas arrojadas ideias de aldeias cooperativas autossustentáveis, propostas ao governo britânico no intuito de que fossem usados os fundos de sustento como doação aos pobres para a construção de aldeias onde os trabalhadores produziram sua própria subsistência. A partir das ideias de Owen e, inspiradas em suas propostas, muitas iniciativas se seguiram. A primeira cooperativa “owenista” foi composta por jornalistas e gráficos de Londres. *The Economist* foi o primeiro jornal cooperativo. Singer batizou esse período de “cooperativismo revolucionário” (SINGER, 2002, p. 35).

A partir de meados do século XIX, começa a surgir na Europa o chamado cooperativismo de consumo. Em 1844, um grupo de tecelões de Rochdale, na Inglaterra, se uniu para organizar uma cooperativa de consumo. Essa iniciativa pioneira forneceu ao mundo os princípios morais e de conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo. A Sociedade dos Probos de Rochdale (Rochdale Quitable Pioneers Society Limited) comprava, estocava e vendia as mercadorias a preços mais baratos. O grande feito e o que tornou essa iniciativa notável, foi que, ao redigirem seu estatuto

social, lançaram as bases para o que viriam a ser os princípios universais do cooperativismo até os dias atuais, como, por exemplo, a livre adesão, o direito de voto a todos os associados, a cooperação e a participação nos excedentes. A partir dessas primeiras experiências, muitas outras vieram. Várias cooperativas foram surgindo, como cooperativas de produção, cooperativas de compra e venda, cooperativas de crédito e clubes de troca.

Com as conquistas do movimento operário e, à medida que a classe trabalhadora obteve mais direitos e melhorias de condições de trabalho, houve um desinteresse pela economia solidária e a profissionalização das cooperativas, que relegaram seu gerenciamento a assalariados. Isso perdurou até meados da década de 1970 quando, juntamente com uma nova onda de desemprego, o cooperativismo ressurgiu, com força maior (SINGER, 2002).

No Brasil, o cooperativismo surgiu a partir do século XX sob as formas de cooperativas de consumo e cooperativas agrícolas, influenciadas pelos imigrantes europeus. A partir das décadas de 1980 e 1990, no ápice da implementação das políticas neoliberais, a partir do desmonte do Estado de Bem-Estar Social, em meio ao grande desemprego gerado pelas políticas de ajustes estruturais, ressurgem as propostas de Economia Solidária, que resgatavam a questão das cooperativas e associações produtivas baseadas na autogestão. “O que distingue este ‘novo cooperativismo’, segundo Singer, é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p.111).

Singer (2001), aponta que, um fenômeno observado no Brasil foi o surgimento de cooperativas de produção que nasceram a partir de empresas em falência que foram assumidas por seus trabalhadores, em pagamento por seus direitos trabalhistas e reorganizadas como empreendimentos autogestionários. Destacam-se também as cooperativas de comercialização de produtos agrícolas, que surgem como reação dos agricultores à exploração sofrida, tanto por parte dos fornecedores de insumos quanto por parte dos atacadistas e industriais que compravam a produção. Esses produtores se organizam em empresas solidárias para comprar e vender seus produtos de forma a obterem poder de mercado. Há ainda outras formas de cooperativas de pequenos produtores, prestadores de serviços e artesãos. Todas caracterizadas pela “escassez de capital e a prática solidária” (SINGER, 2001, p. 106). Ao traçar uma retrospectiva da

redescoberta da economia popular na América Latina, inclusive no Brasil, Laville (2009) também afirma que houve um resgate de formas de cooperação numa mobilização coletiva a fim de garantir a sobrevivência, “como aconteceu perto de dois séculos mais cedo, o crescimento de formas mais associativas corresponde a uma afirmação da solidariedade no prolongamento das cooperações habituais vividas no interior dos grupos primários” (LAVILLE, 2009, p. 15).

França Filho explica que o termo economia solidária nasceu a partir dos estudos de Jean Louis Laville e Bernard Eme (1996), ao observarem e problematizarem o desenvolvimento de iniciativas locais e práticas socioeconômicas que se proliferavam de forma associativa e solidária na França, como reação à exclusão social crescente, no contexto da falência do Estado-providência, onde, a ineficiência dos mecanismos de regulação econômica e política da sociedade, suscitaram a busca de novas formas de regulação social. O autor observa que essa expressão, “economia solidária”, associa duas noções historicamente dissociadas: iniciativa e solidariedade e insere a solidariedade no coração da “elaboração coletiva de atividades econômicas” (FRANÇA FILHO, 2001, p.2).

Segundo o autor, a economia solidária nasce a partir de novas práticas, de iniciativas locais de serviços chamados “serviços de proximidade” ou “serviços solidários”. Ele observa que, para Laville (1992, apud, FRANÇA FILHO, 2001), esses termos estariam relacionados ao tipo de serviço inicialmente prestado, que se caracteriza por típicos serviços domésticos, como jardinagem e consertos, e também a serviços de melhorias da qualidade de vida e do meio ambiente da comunidade local. Essas experiências, nos diz França Filho, “reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou simplesmente geração de atividades econômicas com finalidades sociais” (FRANÇA FILHO, 2001, p.3). Laville (2009 apud, FRANÇA FILHO, 2001) elenca exemplos desse tipo de serviços de proximidade que aconteceram nos chamados países do Norte, considerados como desenvolvidos, como EUA e a União Europeia, cujas experiências se assemelham nos países do Sul, considerados emergentes ou subdesenvolvidos, como os países da América Latina e a África. Centros de acolhimento a mulheres, creches comunitárias, cooperativas de trabalho, associações de portadores de deficiência, bancos de empregos, entre outros. É importante salientar que, embora os

serviços de proximidade possam tomar a forma de vizinhança, porque na maioria das vezes abrangem territórios restritos, o conceito da proximidade para o autor abrange uma subjetividade. Em suas palavras:

[...] esta proximidade não se confunde de forma nenhuma com o conceito de vizinhança. A proximidade define-se pelo fato de ser sentida, experimentada, interiorizada pelos atores. Em vez de cada um tentar resolver individualmente e na esfera privada os problemas quotidianos, com os quais é confrontado, os serviços de proximidade propõem tratá-los através da abertura da esfera privada à esfera pública (LAVILLE, 2009, p.24).

A fim de sustentar a tese que posiciona a economia solidária enquanto modo de regulação social, França Filho apresenta dois traços característicos: a hibridação de economia, pela articulação de distintas fontes de recursos e a construção conjunta da oferta e da demanda. As distintas fontes de recursos dos projetos articulam fontes de natureza não mercantil, advindas de recursos oriundos do poder público, fontes de natureza mercantil, advindas da prestação dos serviços ou vendas e fontes não monetárias, advindas do voluntariado sob forma material ou humana (doação de tempo, por exemplo). A construção conjunta da demanda é possível através da interação entre os atores. As demandas são criadas e atendidas pelos diversos atores do processo, numa troca que favorece a concepção de espaço público, trazendo uma dimensão política para essa realidade (FRANÇA FILHO, 2001).

O autor defende que a pretensão da economia solidária não seria uma volta ao passado, nem tampouco se firmar como um setor à parte, que se justaporaria ao Estado e ao mercado, mas que sua vocação seria a de interação, “numa perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva - por exemplo, uma dinâmica recíproca ou um projeto associativo.” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 5).

Essa perspectiva supõe outro olhar para a economia, que não se reduz ao mercado, mas está aberta a uma pluralidade, tal como já havia sido proposto por Karl Polanyi. O autor, em sua obra *A Grande Transformação* (2000), critica a forma como o trabalho foi separado das atividades da vida cotidiana e sujeitado às leis do mercado dito autorregulável, numa organização onde não havia espaço para as demais relações chamadas não contratuais, como parentesco, vizinhança e credo, numa derrubada das estruturas sociais que forçam o ser humano a permutar o trabalho por sobrevivência, o

que antes era garantido pelo grupo, numa perspectiva mercantilista e utilitária. Segundo Polanyi, essa perspectiva falhou. A racionalidade econômica falhou na regulação das atividades econômicas. “Na verdade, como sabemos agora, o comportamento do homem, tanto em seu estado primitivo como através do curso da história, foi praticamente o oposto do comportamento implícito nessa perspectiva” (POLANYI, 2000, p. 290). O autor já alertava para a necessidade de se retirar o sentido de mercadoria das forças de produção. Assim, retirar o trabalho do mercado implica abrir espaços para outras motivações além das salariais, retirar a terra do mercado implica “incorporá-la ao ambiente doméstico, à cooperativa, à fábrica, ao distrito, à escola, à igreja, os parques, às reservas de vida selvagem e assim por diante.” (p. 292). Neste sentido, Polanyi já previa o surgimento de novas formas de sociedades que não implicariam a ausência de mercado, mas novas formas não “autorreguláveis”. Com o advento de novas formas solidárias de se pensar a economia, podemos confirmar suas expectativas e previsões.

França Filho (2001) concorda com esse pensamento ao expor que não se trata de uma forma de economia que vai contra o mercado, mas que seja submetida também a outros princípios. Partindo da definição dada por Laville (1999, apud França Filho, 2001, p. 6), em que a economia solidária seria um conjunto de atividades a contribuir para a democratização da economia a partir de práticas cidadãs, entende que o seu papel é promover a articulação com a esfera pública através de um “projeto de integração social e cultural” de ações coletivas buscando “novos modos de regulação”.

3.2 Economia Solidária e Feminista e os desafios da Divisão Sexual do Trabalho

A Economia Solidária tem se mostrado como uma alternativa ao sistema de produção capitalista e, conseqüentemente, como alternativa ao sistema patriarcal da divisão do trabalho, promovendo um espaço de mútua cooperação, inclusão produtiva de grupos marginalizados e excluídos, ressignificação do trabalho e do lugar ocupado pela mulher na sociedade, além de outros ganhos. Estudos sobre a mulher e sua presença nos empreendimentos de Economia Solidária são fundamentais para compreender de que forma essas relações têm proporcionado um espaço de luta e de conquistas.

É cada vez mais expressiva a participação das mulheres nesses empreendimentos solidários, onde encontram terreno para o desenvolvimento de suas potencialidades em um ambiente de solidariedade e trabalho em equipe, logrando conquistas como autonomia

financeira, emancipação, resgate da autoestima, reconhecimento, socialização, entre outros.

Cleudes Pessoa, Jeannette Ramos e Socorro Peixoto (2008) salientam que no sistema de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho é uma característica presente nas relações de gênero. Um dos fatores que impedem uma melhor colocação da mulher no mercado de trabalho é a manutenção do modelo de família patriarcal, que confere a ela a responsabilidade pelas tarefas domésticas e a criação dos filhos. Os autores apontam que a Economia Solidária tem se mostrado como uma alternativa à organização capitalista de produção, invertendo a lógica existente que coloca o homem como objeto, onde o protagonista é o capital. Sua proposta é desenvolver o indivíduo dentro do grupo ao qual está inserido e suas bases estão alicerçadas em valores como cooperação, democracia, participação e respeito. A autogestão se opõe à centralização das decisões. Nesse modelo, todos são responsáveis pelo sucesso e pelo fracasso do empreendimento.

Construir um empreendimento solidário se mostra um grande desafio para homens e mulheres, que devem deixar de lado o individualismo, estabelecendo ações de mútua cooperação. Neste sentido, é importante salientar que a desigualdade entre homens e mulheres deve ser combatida. De nada adianta repetir um comportamento que reproduz a histórica desigualdade de gênero, expressa na Divisão Sexual do Trabalho, tão presente no regime capitalista (PESSOA; RAMOS e PEIXOTO, 2008).

Contudo, Janainna Pereira e Alícia Gonçalves (2017) afirmam que ainda podemos observar padrões reprodutivos da relação de gênero na Economia Solidária, onde o papel da mulher continua sendo relegado ao serviço doméstico e às tarefas consideradas “de mulheres”, que atuam na informalidade e geram menor renda. Neste sentido, Pessoa, Ramos e Peixoto (2008, p. 9) questionam: “Pode-se falar em desenvolvimento solidário, se as mulheres ainda não vivenciaram a igualdade em todos os espaços de atuação desses novos empreendimentos?” Levando-se em conta que tais experiências, esses empreendimentos estão se desenvolvendo dentro de uma iniciativa participativa, mas ainda dentro do sistema capitalista, discussão esta que entendemos como de fundamental importância.

Em 2011, quando escreveu seu artigo “Mulheres e economia solidária: hora de discutir a relação!”, Jussara Costa (2011) constatou que as mulheres não foram incluídas na preocupação com o fim da desigualdade social preconizada pela Economia Solidária. Segundo a autora, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária havia demonstrado que as

propostas trazidas ainda não atendiam às reivindicações das mulheres por igualdades e direitos, e condições no mundo do trabalho. Essa deficiência era objeto de luta do movimento feminista, baseado na participação efetiva das mulheres e alicerçado nos ideais de equidade e democracia, características base dos projetos solidários.

Embora dados apontem para uma expressiva participação feminina na Economia Solidária, percebe-se que os empreendimentos dos quais elas fazem parte são, em sua maioria, empreendimentos de pequeno porte, que reúnem até 10 pessoas, e funcionam frequentemente na informalidade. Esse fato foi constatado por Pessoa; Ramos e Peixoto (2008), ao salientarem que esse fenômeno reproduz o comportamento do “mundo do trabalho hegemônico”. Os autores justificam esse fenômeno apontando a tendência histórica que divide as atividades laborais em “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. Outra causa importante é explicada por Costa (2011), quando afirma haver uma relação com a dupla jornada de trabalho, ou seja, as mulheres conciliam o trabalho doméstico e o trabalho fora de casa, limitando seu tempo e minando sua disposição para se dedicarem à formalização e gestão de seus projetos. Esse fato foi constatado por Pereira e Gonçalves (2017), em sua pesquisa. Segundo as autoras, a dupla jornada se caracteriza como um fator dificultante para o desenvolvimento de suas atividades de renda. Guérin (2005) também aponta a desigualdade na divisão das responsabilidades domésticas como um obstáculo que dificulta o acesso das mulheres a melhores condições laborais.

Pereira e Gonçalves (2017) constataram que, apesar dos pressupostos de horizontalidade e igualdade, as mulheres ainda são muito negligenciadas e suas singularidades ainda não são atendidas. Ao realizar seu estudo sobre a história de vida de mulheres artesãs, participantes de uma rede de Economia Solidária no Ceará, as autoras constataram que a realidade do capitalismo atinge, principalmente, as mulheres e, em maior escala, aquelas moradoras de periferia, com baixo grau de instrução. A jornada dupla de trabalho leva grande parte delas à informalidade. Isabelle Guérin (2005) apontam fatores, como a dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional, o constante aumento de gastos com os filhos e a realidade do desemprego masculino têm levado as mulheres a se mobilizarem e se auto-organizarem.

Como forma de tornar o espaço da Economia Solidária um ambiente mais inclusivo e realmente igualitário para as mulheres, Pessoa; Ramos e Peixoto (2008) apontam caminhos como fomento e promoção de iniciativas organizadas por mulheres e definição de cotas de participação de ambos os sexos nos espaços de produção e de

decisão. Salientam a importância do papel do Estado na promoção de políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

Apesar de ainda existirem barreiras, como as citadas acima, que a luta feminina dentro da Economia Solidária deve transpor, os estudos têm apontado para ganhos importantes na vida das mulheres, como autonomia financeira, emancipação social e pessoal, aumento da autoestima entre outros.

Ao resgatar a origem do termo economia, economia: *oikos* =casa/lugar e *nomia*= regras/normas, Vanessa Simon (2020), chama atenção para o simbolismo do nome, que remete ao espaço privado, à casa, ambiente que é desconsiderado na noção hegemônica de economia e onde a mulher desenvolve seu trabalho.

[...] sendo assim, os economistas, a partir desse conceito, deveriam considerar o trabalho elaborado pelas mulheres como basilar. Entretanto, [...] o mundo estruturou-se com a centralidade no mercado, na monetarização das trocas e no papel de destaque para aqueles que ocupam esses espaços, na noção de indivíduo que busca a maximização de interesses particulares, motivados prioritariamente pelo lucro (*homo economicus*). O espaço das trocas não monetárias, dos cuidados da casa, dos filhos, dos idosos, do emocional, da agricultura familiar tornou-se invisível nos estudos e nas discussões sobre o mundo do trabalho (SIMON, 2020, p.9).

Pessoa, Ramos e Peixoto (2008) trouxeram um dado alarmante da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre a diferença salarial entre homens e mulheres. Segundo esse órgão, se o ritmo atual se mantiver, somente daqui a 475 anos conseguiremos a tão sonhada igualdade salarial entre homens e mulheres.

Em outubro de 2018, em reunião na Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, um grupo de mulheres de vários estados brasileiros, pertencentes ao Movimento de Economia Solidária e Feminista, participaram do II Seminário Nacional “Economia Feminista e Solidária: desafios, perspectivas e convergências”, ocasião em que debateram sobre a importância dos grupos de trabalho de mulheres atuantes nos fóruns municipais, estaduais e no Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES). O Seminário reuniu mulheres trabalhadoras de todo o Brasil, pesquisadoras, militantes e ativistas. O movimento quer encarar e transformar as práticas de invisibilização das mulheres nos espaços públicos. Deste debate, nasceu uma Carta à Coordenação do FBES e também para as demais mulheres participantes do movimento:

Para nós, as mulheres e sua forma de ver o mundo devem estar no centro da economia e na gestão da sociedade, pois são elas que dão conta de unir a produção e reprodução da vida. Estamos na economia solidária porque acreditamos que é uma economia que respeita as mulheres e valoriza nosso trabalho e nossas práticas, a partir do lugar em que estamos, seja no meio urbano ou rural. [...] muitas mulheres estão na economia solidária porque conseguem conciliar os trabalhos da casa, o cuidado com a família e o trabalho no empreendimento, o que muitas vezes implica uma dupla ou tripla jornada. Por outro lado, essa participação também permite uma emancipação e autonomia pessoal. As mulheres começam a se reconhecer como protagonistas da própria vida, se identificar com a experiência de outras mulheres na mesma situação e constroem projetos coletivos de emancipação. [...] Partimos da percepção de que as mulheres são a maioria dentro do movimento de economia solidária e afirmamos a importância de nos colocarmos como lideranças nos espaços que ocupamos frente a conjuntura de retrocesso e fascismo que vivemos atualmente. Refletimos que nesse momento é central a rearticulação dos espaços de economia feminista dentro do movimento. (Carta de São Carlos do Movimento da Economia Solidária e Feminista, 10/10/2018).

É importante uma visita ao que tem sido produzido a respeito da importância da Economia Solidária para as mulheres, suas conquistas e demandas. Fernanda Mundim e Armindo Teodósio (2011) afirmam que:

Entende-se que a EPS (Economia Popular Solidária), por meio do cooperativismo/associativismo, pode atuar positivamente nos processos de emancipação da mulher, pois possibilita não apenas a inclusão produtiva de grupos marginalizados e excluídos, mas, acima de tudo, permite a (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por essa mulher na sociedade, abrindo espaço para a construção de percepções, relações e práticas emancipatórias (MUNDIM; TEODÓSIO 2011, p. 109).

Para Guerin (2005), a união e auto-organização das mulheres em torno de empreendimentos solidários têm funcionado como espaço de compartilhamento, de lutas e conquistas, pois, em conjunto, podem eliminar certos bloqueios. Nesse espaço de discussão, reflexão e deliberação coletivas, as mulheres têm espaço de fala pública que antes não tinham, possibilitando a mudança das instituições por meio de reivindicações e contribuindo com a articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil.

Beatriz Aguayo e Loreto Ramírez (2019) trazem o resultado de uma investigação realizada em um assentamento urbano irregular, situado na periferia de Talcahuano, uma cidade do Chile. O objetivo do trabalho foi conhecer o que chamaram de “outras práticas”, ou seja, atividades realizadas “em baixo das sombras”, pelas mulheres da

comunidade e averiguar a percepção dessas mulheres acerca de suas ações. Verificou-se que existia uma cadeia de cooperação, onde grupos de mulheres se mobilizavam para angariar fundos de forma a atender as mais diversas necessidades coletivas, como reconstrução de barracos, construção de poços e até para a realização de festas da comunidade. Práticas que visavam à ajuda mútua e à melhoria das condições de vida e bem estar de todos. Ao serem realizadas oficinas com as mulheres, constatou-se que, tais práticas, além de passarem despercebidas pelos agentes externos, também não eram consideradas como trabalho pelas protagonistas dessas ações, demonstrando que, apesar da importância do trabalho de reprodução e cuidado desenvolvido por elas para reproduzir a vida, essas práticas não eram validadas como trabalho verdadeiro e socialmente reconhecido. No desenrolar do trabalho, foram realizadas oficinas, em que as mulheres foram levadas a visualizarem e tomarem consciência do valor de suas atividades para a produção do bem estar e reprodução da vida cotidiana, entendendo que o trabalho delas agregava valor. Isso contribuiu para desconstruir a ideia de que seu trabalho não tinha valor e construir a consciência de que seu labor era de suma importância para a vida econômica de sua família e de sua comunidade. As autoras concluem que “a socialização do trabalho do cuidado sai da esfera privada para resolver-se na esfera pública, de forma colaborativa” constituindo-se como uma grande possibilidade, cruzando a economia solidária e a economia feminista. Nesse aspecto, afirmam as autoras, “é necessário ampliar o conceito de Economia Solidária, reconhecendo a centralidade das estratégias das mulheres para a abordagem associativa de economias solidárias do cuidado” (AGUAYO; RAMIREZ, 2019, p. 9).

Importa aqui chamar a atenção para uma discussão que acredito ser fundamental ao se considerar a economia solidária sob o viés do cuidado, atrelando a características historicamente ligadas ao labor feminino. Como já citamos anteriormente, os empreendimentos solidários contam cada vez mais com a expressiva participação das mulheres, o que tem contribuído para trazer a luta pela articulação dos espaços público/privado, ou seja, a inclusão do espaço privado, da casa, da vida cotidiana, no espaço público. A interrelação entre as esferas do cuidado com a produção não pode ser omitida, como salienta Maria de Los Angeles Guevara (2020, p.119), “ao omitir a interrelação entre as esferas do cuidado e a produção de bens com valor de troca, a economia clássica desconheceu uma parte da riqueza social produzida: aquela aportada pelas mulheres na esfera doméstica” (tradução nossa).

Laville salienta que a luta ligada aos direitos pela cidadania está intrinsecamente ligada à busca por melhores condições de vida e de convívio. Assim, o autor exalta a luta das mulheres no combate à dicotomia público/privado, produção/reprodução:

Esta oposição atribui às mulheres atividades não remuneradas que perfazem dois terços do respectivo tempo de trabalho, enquanto dois terços do tempo de trabalho dos homens é remunerado. Historicamente, o confinamento das mulheres a uma economia doméstica ignorada explica a sua sub-representação física e simbólica nos espaços públicos. Se as mulheres são maioritárias [sic] nas iniciativas populares, é justamente porque elas consideram que estas iniciativas coletivas são suscetíveis de identificar e contextualizar as necessidades, para depois as exprimir e levar à esfera pública (LAVILLE, 2009, P.19-20).

O autor destaca que a economia popular dos países do Sul e suas semelhanças com os serviços de proximidade dos países do Norte está diretamente relacionada aos saberes e práticas dos serviços de cuidado, tradicionalmente tarefa familiar, doméstica ligada à mulher. Lewis (2003, apud Laville, 2009, p. 25) enfatiza que essas atividades são cruciais e fundam o sentido da vida em sociedade e devem ser colocadas na pauta que combate a divisão sexuada das tarefas.

Ao contrário de uma dissociação e de uma hierarquização entre espaços econômico, político e doméstico, instalando os homens no centro dos dois primeiros, para remeter as mulheres ao terceiro, como um enclave, adotar a perspectiva da vida decente e do bem estar humano leva a constatar que “é impossível não cuidar e não trabalhar.

Laville prossegue, enfatizando que os problemas da vida cotidiana são também problemas da vida política e enfatiza a necessidade da partilha dessa responsabilidade entre Estado, mercado e sociedade e, sobretudo entre homens e mulheres, pressupondo a igualdade de oportunidade no mercado de trabalho.

Adriana Oliveira (2005) trouxe em seu artigo a reflexão sobre o processo de ganho de autonomia das mulheres participantes de empreendimentos de Economia Solidária. A autora defende que esse processo passa pelas práticas coletivas e solidárias grupais, através da interação, da troca e da vivência coletiva. “Ninguém se empodera sozinho”. O processo é sempre dinâmico e cada indivíduo, no seu ritmo, cresce, reflete e encontra sua autovalorização (OLIVEIRA, 2005, p.4). Por meio da narrativa de histórias de vida das mulheres participantes de sua pesquisa, a autora demonstra o resgate da autoestima, da valorização e da conquista de espaço de cada uma, processo que só se tornou possível por

meio da participação grupal. Tomando por base três pilares destacados por Frideman (1996), a autora demonstra, ao trazer os relatos de suas entrevistadas, as trajetórias de ganhos de autonomia psicológica, social e política de cada uma, trazendo consciência política e social por meio da ação participativa, resultando na luta pela conquista da cidadania. A autora conclui que embora existam muitos desafios a serem superados, a participação das mulheres na Economia Solidária possibilita seu processo de emancipação e autonomia.

Emancipação, para Antônio Cattani (2003) é a conquista de capacidade civil e de cidadania, livre do poder exercido por outros. Mundim e Teodósio também citam Gustim (2009) que defende que uma comunidade emancipada consegue atuar nas decisões do poder público, dialogando, deliberando, influenciando e intervindo nas soluções de seus problemas (GUSTIM, 2009, apud MUNDIM e TEODÓSIO 2011). Na visão dos autores, a noção de emancipação é vinculada a diversos fatores como a dimensão econômica, social e, principalmente, política, atuando nas diversas formas de representação de interesse.

Os autores, ao realizarem um estudo de caso no assentamento Pastorinhas, em Brumadinho, Minas Gerais, buscaram analisar as possibilidades e limitações da Economia Solidária no processo de emancipação das mulheres. Constataram que, no assentamento, o trabalho produtivo das mulheres não era reconhecido como parte da produção da família, mas como uma ajuda ao trabalho do marido. Os autores apontam as práticas da Economia Solidária como uma forma de mudança desse paradigma:

Uma forma de valorizar o trabalho feminino fora do espaço doméstico pode ser a partir do trabalho realizado na perspectiva dos empreendimentos solidários, pois este representa um passo à frente na emancipação feminina ao resgatar a dimensão da liberdade, e, conseqüentemente, a vida. As mulheres se sentem motivadas e possuem espaço para participarem do processo sociopolítico da comunidade, por meio dessas experiências coletivas. A noção de emancipação neste contexto está vinculada a dimensão econômica, social e, principalmente, política da emancipação, ou seja, a possibilidade de grupos sociais excluídos construírem com autonomia suas diversas formas de representação de interesses. É a possibilidade de representação política desses grupos, por meio de uma transformação social, marcada pela ruptura com a ordem existente (MUNDIM; TEODÓSIO, 2011, p.115).

Gema Esmeraldo (2018) usa o termo “autonomia”. Para a autora, à medida que a Economia Solidária associa a forma coletiva ou associativa da propriedade com

princípios de autogestão e autoiniciativa, baseando-se na solidariedade e na igualdade, estimular as mulheres para a auto-organização é estratégico para fomentar sua própria autonomia. Autonomia que, segundo a autora, “faz do seu próprio trabalho a integração entre produção e vida; que reconhece suas habilidades, que assegura direitos sociais, políticos, a liberdade” (ESMERALDO, 2018, p. 136).

Para além do ganho profissional, existe também o ganho pessoal e familiar. Mundim & Teodósio (2011) afirmam que, assim que iniciam suas atividades em um empreendimento solidário, mudanças de atitudes podem ocorrer, pois, ao discutirem os princípios da participação coletiva, da autogestão e da autonomia no trabalho, essas ideias podem ser levadas também para o ambiente doméstico. Ao participarem das reuniões e aprenderem a ter uma postura crítica, expondo suas opiniões, as mulheres vão aprendendo a acreditar em seu potencial pessoal frente ao mundo.

Por meio de um estudo de caso em que se analisou os impactos da participação de mulheres em iniciativas de Economia Solidária no Cariri Paraibano, Rafaelle Silva; Verônica Oliveira e Suzanne Nóbrega (2018) apontaram três dimensões que nos ajudam a compreender o que a Economia Solidária representa na vida das mulheres estudadas: possibilidades, desafios e transformações sociais. As possibilidades foram divididas em três subcategorias:

- a) Cooperação e compartilhamento de experiências: convívio com outras mulheres em situações de vida semelhantes, troca de experiências e cooperação entre si;
- b) Realização pessoal: prazer no trabalho, superação dos desafios e conquistas e orgulho de sua profissão, ao se sentirem valorizadas e incluídas na sociedade;
- c) Condições de trabalho: novos conhecimentos e aperfeiçoamento da técnica de trabalho, resultando num produto melhor, agregando valor.

Os desafios apresentados foram:

- a) Dificuldade de gestão: falta de apoio e incentivo e dificuldades em exercer a autogestão. Falta de políticas públicas e incentivos governamentais;
- b) Dupla jornada de trabalho: as responsabilidades com o cuidado da casa e da família além do trabalho dos grupos;
- c) Recursos, insumos e infraestrutura: precariedade do local de trabalho e de comercialização;
- d) Pouco retorno financeiro: dificuldade em obter renda satisfatória a todas as integrantes, causando desistências.

As transformações sociais apresentadas foram:

- a) Aumento ou resgate da autoestima: de acordo com a pesquisa foi um dos principais fatores de transformação social. Sentimento de valorização, reconhecimento do trabalho e construção de uma identidade.
- b) Emancipação: alcance de independência no contexto social, financeiro e familiar com a inclusão no mercado de trabalho, geração de renda, desvinculando a imagem da mulher ao trabalho do marido e autonomia econômica para contribuição na renda familiar e para a aquisição de objetos pessoais.
- c) Igualdade entre os gêneros: combate ao machismo ao mostrar que o trabalho exercido é digno e merece respeito.

3.3 O trabalho feminino no contexto da pandemia

Visto que este trabalho foi todo realizado em período da pandemia do COVID-19, trazendo um grande impacto em todos os âmbitos do nosso cotidiano, todo o processo de desenvolvimento da pesquisa foi afetado pelas consequências e exigências impostas pela atualidade. A vida e o trabalho das mulheres pesquisadas foram fortemente impactados e isso pode-se notar na fala de todas. Não podemos nos furtar de observar e discutir acerca desse impacto. Faz-se pertinente abrir uma lacuna para olharmos o que já foi produzido a respeito.

As medidas adotadas para barrar o contágio da COVID-19, dentre as quais o isolamento social, causaram grande impacto na vida e no trabalho de todos, mudanças estas que passam pela organização do espaço de trabalho, pelas condições laborais e demais implicações impostas pela necessidade de barrar o contágio do vírus. Segundo a Organização Internacional do Trabalho, (*apud* Hernán Palermo e Lorena Capogrossi, 2121), desde que se iniciou a crise gerada pela pandemia, 33 milhões de pessoas ficaram fora do mercado de trabalho. América Latina e Caribe são as regiões mais afetadas.

Esse impacto atingiu a muitos trabalhadores, mas notadamente as mulheres foram as mais afetadas por diversos fatores. Muitas perderam total ou parcialmente seus espaços de trabalho e, em muitos casos, tiveram que abandonar suas atividades remuneradas para se dedicarem ao trabalho de casa, visto que com o fechamento das escolas e creches, coube, na maioria das vezes, a elas, a tarefa do cuidado. “A nível

mundial, essa disparidade se manifestou na distribuição desigual do tempo dedicado aos cuidados e ao trabalho doméstico, que está em torno de 4,1 horas diárias para as mulheres, frente às 1,7 horas por dia que são dadas pelos homens” (PALERMO; CAPOGROSSI, 2021, P.3).

Um grande impacto percebido, que implica diretamente o trabalho feminino, se deu também nos setores com maiores níveis de informalidade, setores estes que dependem de maior mobilidade de quem trabalha. E, como já mencionado anteriormente, os empreendimentos femininos são, em sua maioria, de pequeno porte, que funcionam frequentemente na informalidade (PESSOA; RAMOS E PEIXOTO, 2008).

Outro fator a ser considerado é a dinâmica do teletrabalho, o chamado home office, que se mostrou caótica em famílias que possuem crianças. A casa tornou-se um ambiente compartilhado, onde são desenvolvidas atividades concomitantes. A vida doméstica divide espaço com o trabalho formal, a escola e demais segmentos. Conforme salientam Palermo e Capogrossi (2021, p.4), “no espaço doméstico entraram em colisão diversas tarefas vinculadas com a reprodução da vida e o trabalho demandado pelas empresas, os órgãos públicos, de ensino, etc. [...] essa tensão recai, em particular, sobre as trabalhadoras mulheres.”

Gustavo Ribeiro (2021) usa o termo “descotidianização” para abordar esse fenômeno que fez com que as pessoas ficassem impedidas de reproduzir sua cotidianidade. Segundo o autor, houve uma ruptura brusca na reprodução da vida e de todas as atividades. Nosso cotidiano teve que ser reconfigurado, nossas rotinas reformuladas. “Durante o ano de 2020, esse acontecimento traumático impôs uma temporalidade que não existia antes e que se encontra atravessada por um processo de descotidianização” (RIBEIRO, 2021, p. 4). Já o ano de 2021, segundo o autor, “teve características diferentes”. Começa uma reorganização dessa cotidianidade, devido aos reajustes que foram sendo feitos para a adequação à nova realidade. As novas rotinas começaram a ser internalizadas, novos hábitos foram surgindo e novas formas de interação social.

Uma pesquisa realizada pela Revista Gênero e Número e pela Sempre Viva Organização, buscou conhecer os efeitos da crise causada pela COVID sobre o trabalho e a renda das mulheres e também as dimensões do trabalho doméstico e do cuidado realizados de forma não remunerada no âmbito doméstico. Foram realizados 2.641 questionários com mulheres de todo Brasil. Sobre as novas configurações do trabalho,

53% das entrevistadas estavam trabalhando de casa e conseguiram manter seus salários. Para 8%, era inviável o trabalho remoto, mas continuaram mantendo seu salário. Infelizmente, 16% perderam seus trabalhos e, conseqüentemente, sua remuneração. As mulheres que continuaram no trabalho remoto disseram que houve um aumento de trabalho.

Muitas mulheres tiveram dificuldade em manter os compromissos relacionados ao sustento da casa, 40 % das mulheres que responderam à pesquisa, afirmaram que o impacto da pandemia e do isolamento social colocaram o sustento da casa em risco. Para as mulheres rurais esse risco é ainda maior. Dentre as que falaram desse risco, 44% viviam na zona rural.

Com a pandemia, a organização do trabalho doméstico, bem como do cuidado ficou, na maior parte sob a responsabilidade das mulheres. Entre as entrevistadas, 35,7% são as únicas responsáveis por todo trabalho doméstico e do cuidado em suas casas. 50% das mulheres entrevistadas passaram a cuidar de alguém na pandemia. Entre as mulheres rurais, esse percentual é de 62%. Entre as mulheres responsáveis pelo acompanhamento de crianças, idosos ou pessoas com deficiência, 72% das respondentes afirmaram que essa necessidade aumentou. “O cuidado está no centro da sustentabilidade da vida, não há possibilidade de discutir o mundo pós pandemia sem levar em consideração o quanto isso se tornou evidente nesse momento de crise global” (MÍRIAM NOBRE, 2121, p.11).

Um outro trabalho realizado pela Organização Sempre Viva, trouxe a experiência e a vivência das mulheres da agroecologia no contexto da pandemia, segundo as autoras, as medidas de distanciamento social tiveram grande impacto sobre as agricultoras, tanto as que comercializam seus produtos com o mercado quanto as que os negociam diretamente com o consumidor. Com o fechamento das escolas públicas, agricultores familiares que entregavam seus produtos para o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, tiveram esse fornecimento suspenso, gerando grande impacto na renda das famílias. O fechamento das feiras livres também foi um fator muito prejudicial. Muitas das mulheres pesquisadas tiveram que achar alternativas para o escoamento de sua produção, como a criação de grupos de WhatsApp, onde ofereciam semanalmente seus produtos e se encarregavam de entregá-los ao consumidor.

O protagonismo histórico e socialmente construído de agricultoras na produção agrícola diversificada, na segurança alimentar, na saúde e na economia familiar, lhes confere (às mulheres) papel central na capacidade de resiliência da agricultura familiar frente às

contingências decorrentes da pandemia do COVID-19 (NOBRE, 2021, p.17).

As mulheres são as mais afetadas pela crise devido à combinação de vários fatores: correm maior risco de perder seus empregos, pois muitas trabalham em setores que foram muito afetados, como hospedagem e alimentação e também porque são as primeiras a serem dispensadas, devido à fragilidade de sua situação laboral. Somando-se a isso, são mais sobrecarregadas, o que gera estresse físico e mental. As mulheres também representam um grande percentual da força de trabalho nos serviços de saúde e do cuidado, além do trabalho doméstico e de cuidado sem remuneração (ONU Mulheres, 2021). Conforme podemos notar, as diferenças da Divisão Sexual do Trabalho se evidenciam nesse contexto, apresentando um quadro claro de como as mulheres são sobrecarregadas e são aquelas mais atingidas nas crises.

4 PERCURSO METODOLÓGICO

“Escutar as narrativas sempre permite refletir sobre as interações e conflitos relacionados às mulheres com a realidade mais ampla que as insere” (GUEVARA, 2020, p.116).

Este estudo buscou lançar um olhar e conhecer, a partir do lugar de fala das mulheres pesquisadas, sua realidade de vida e trabalho. Neste sentido, cabe trazer a reflexão que nos faz Djamila Ribeiro em sua obra intitulada *Lugar de Fala*. A autora relata que o termo pode ter surgido a partir do uso do termo *feminist standpoint* (ponto de vista feminino), a partir das reflexões e trabalhos gerados pelos debates dos movimentos sociais, sobretudo o movimento feminista negro, cujo objetivo seria enxergar a realidade através de um determinado ponto de vista, ou seja, o ponto de vista de quem vive e fala é que confere legitimidade e visibilidade à fala. Quando um determinado grupo não consegue acessar determinado espaço, isso impossibilita que suas vozes sejam ouvidas, e, quem não se expressa não existe. A autora afirma que o lugar de fala de cada um(a) é a partir de sua localização social (*locus social*). Então, mais do que representatividade, significa ponto de visão a partir do lugar onde cada pessoa que fala está (RIBEIRO, 2019).

Como se trata de um grupo do qual pretendi analisar aspectos em profundidade, como explicita Arilda Godoy (1995), foi utilizado o método de Estudo de Caso, usando como recursos instrumentos qualitativos de coleta e análise dos dados. Importante salientar que a finalidade da pesquisa qualitativa, conforme Martin Bauer e George Gaskell (2002), não é contar opiniões, mas explorar as diferentes representações sobre o assunto em questão. “O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (BAUER; GASKELL, 2002, p.65).

Sobre o estudo de caso, Robert Yin (2010, p. 39) caracteriza como “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real”. Howard Becker (1999) nos diz que esse tipo de metodologia pretende chegar a uma compreensão abrangente do grupo em estudo, procurando compreender quem são, quais suas atividades e como se relacionam entre si e com o mundo. Ao mesmo tempo, tenta desenvolver análises teóricas mais gerais sobre o que regula os processos e as estruturas sociais. Segundo o autor, o estudo de caso teve seu início na medicina, onde cada caso de uma doença é analisado detalhadamente, para se adquirir o conhecimento de um determinado fenômeno. Adaptado da tradição médica, o

Estudo de Caso tornou-se uma das principais modalidades de análise das ciências sociais, onde o que se estuda não é mais um indivíduo, mas um grupo.

Para William Goode e Paul Hatt (1975), o estudo de caso caracteriza-se como o estudo profundo de um objeto, permitindo amplo e detalhado conhecimento sobre ele, o que seria praticamente inviável através de outros métodos de investigação. Segundo os autores, o estudo de caso caracteriza-se como um meio de organizar dados e reuni-los a respeito do objeto de estudo e apresentá-los de maneira a preservar seu caráter unitário. A opção por essa metodologia se dá, segundo Clarissa Neves e Máira Corrêa (1998, p. 195), “no momento em que nossas questões atingem tal grau de detalhamento, que apenas a observação da realidade concreta em pleno funcionamento nos permite obter respostas. O estudo de caso é, na realidade, uma experiência prática.” Para as autoras, esse método busca pela maior quantidade possível de informação acerca de um objeto de estudo, respondendo questões do tipo “como” e “por que”.

Como forma de conhecer e me aprofundar na realidade do grupo e das mulheres pesquisadas, as duas principais ferramentas utilizadas foram as entrevistas narrativas, e o diagnóstico participativo. Como a utilização de múltiplas fontes de dados na construção de um estudo de caso, permite-nos considerar um conjunto mais diversificado de tópicos de análise, permitindo-nos fazer a triangulação, o que confere maior respaldo à pesquisa (Yin, 2001), lancei mão também da observação participante, do diário de campo e da pesquisa documental, como forma complementar de obtenção de informações (VERGARA, 2005). Para a análise documental, foram consultadas as atas da associação, reportagens publicadas no jornal online *A Voz* e postagens das redes sociais da associação.

Cabe aqui salientar que as fotos publicadas neste trabalho foram autorizadas pelas associadas, conforme cópia da autorização presente nos anexos e foram usadas somente para fins ilustrativos, sem a pretensão de se fazer uma análise dessas imagens.

Neiza Batista, Jefferson Bernardes e Vera Menegon (2014) defendem que a ciência sempre fugiu das conversas, supondo que não se constituíam método de investigação científica. Numa crítica à prática que tende a separar o pesquisador do cotidiano, como se os saberes produzidos fossem menos relevantes cientificamente falando, os autores defendem que as conversas do cotidiano não devem ser abandonadas, pois constituem importantes ferramentas de pesquisa, já que permitem situar as pessoas como protagonistas na construção do conhecimento.

O estudo de narrativas tem suas origens na poética de Aristóteles e está relacionado com a consciência do papel que contar histórias tem na conformação de fenômenos sociais. Ela usa como meio o tipo de comunicação cotidiana de contar e escutar histórias. Para Martin Bauer e George Gaskell (2002), o ser humano tem necessidade de contar histórias.

Por meio das narrativas as pessoas lembram do que aconteceu, colocam os acontecimentos em um sequência, elaboram possíveis explicações para isso e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social. [...] Contar histórias implica estados intencionais que aliviam, ou ao menos tornam familiares, acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. [...] Comunidades, grupos sociais e subculturas contam histórias com palavras e sentidos que são específicos à sua experiência e ao seu modo de vida. O léxico do grupo social constitui sua perspectiva de mundo, e assume-se que as narrativas preservam perspectivas particulares de uma forma mais autêntica. Contar histórias é uma habilidade relativamente independente da educação e da competência linguística (BAUER; GASKEL, 2002, p.91).

Os autores salientam que a entrevista narrativa tem como objetivo encorajar e estimular o entrevistado (informante) a contar a história de algum acontecimento da sua vida e de seu contexto social. Essa técnica substitui o esquema de perguntas e respostas e permite uma maior liberdade ao informante de usar suas próprias palavras, narrando espontaneamente os acontecimentos. “A narrativa não é apenas uma listagem de acontecimentos, mas uma tentativa de ligá-los, tanto no tempo, como no sentido.” (BAUER; GASKELL, 2002, p.92). Fatos contados de forma isolada são simples proposições, descrevendo acontecimentos independentes, ao passo que, se esses fatos estão dentro de uma narrativa, eles nos permitem visualizar uma estrutura e um enredo por meio do qual ganha sentido e se torna coerente, “bem como fornece o contexto em que nós entendemos cada um dos acontecimentos, atores, descrições, objetivos, moralidade e relações que geralmente constituem a história” (BAUER; GASKELL, 2002, p.92).

Para Camila Muylaer *et al* (2014, p. 194), “as entrevistas narrativas se caracterizam como ferramentas não estruturadas, visando a profundidade, de aspectos específicos, a partir das quais emergem histórias de vida, tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional.” Os autores enfatizam que, pelo fato de nossa memória ser seletiva, muitas vezes omitimos fatos inconscientemente ou

deliberadamente, tornando a história de cada um uma versão única. As narrativas são, nesse sentido, representações ou interpretações do mundo sob o ponto de vista individual do informante, em determinado tempo, espaço e contexto sócio e histórico.

Para Bauer e Gaskell (2002), a técnica de entrevista narrativa vai além da simples “pergunta/resposta”, trata-se de uma entrevista não estruturada, contribuindo assim para que o entrevistador tenha mínima influência sobre a fala do entrevistado. Para os autores, o contar histórias possui três principais características: textura detalhada, o que significa que o entrevistado irá fornecer informações detalhadas a fim de garantir que o ouvinte, no caso o entrevistador, compreenda sua história; fixação da relevância, pois o contador da história narra aqueles aspectos que são relevantes para ele, de forma seletiva, conforme sua perspectiva e fechamento da Gestalt, ou seja, a narrativa tem seu começo, meio e fim.

A influência do entrevistador deve ser mínima, de forma a não influenciar na versão do que é contado pelo entrevistado. A capacidade de saber ouvir deve ser uma característica importante para o entrevistador. Como nos dizem Muylaer *et al* (2014), o pesquisador se torna parte do processo ao ouvir com profundidade as narrativas e se deixar atravessar pela singularidade de cada história. Parafraseando Rubem Alves (2004), é preciso aprender a arte da “escutatória”. O escritor nos fala sobre a beleza do saber escutar:

O que as pessoas mais desejam é alguém que as escute de maneira calma e tranquila. Em silêncio. Sem dar conselhos. Sem que digam: “Se eu fosse você...” A gente ama não é a pessoa que fala bonito. É a pessoa que escuta bonito. A fala só é bonita quando ela nasce de uma longa e silenciosa escuta. É na escuta que o amor começa. E é na não-escuta que ele termina (ALVES, 2004, p.73).

O Diagnóstico Participativo foi um importante instrumento de coleta de dados, que permitiu a participação e observação do grupo trabalhando em conjunto, participando de dinâmicas, num processo dialógico fundamental para o levantamento das demandas, visualização dos objetivos e descoberta de caminhos para o crescimento da associação. Esse diagnóstico é uma ferramenta de mapeamento da realidade de um determinado grupo, feito pelas pessoas que compõem esse grupo, com o auxílio de uma equipe multidisciplinar que se utiliza de técnicas que auxiliam na visualização, conhecimento dos problemas e necessidades e das possíveis soluções. Para diagnosticar a realidade de

uma organização, comunidade ou pequenos grupos, sob a perspectiva da gestão social e democrática, se faz necessário a utilização desses métodos participativos e dialógicos. Esses diagnósticos se fundamentam na perspectiva da teoria crítica, como o agir comunicativo de Jürgen Habermas, bem como na dialogicidade, defendida por Paulo Freire (PEREIRA, 2017).

Considero importante salientar que, enquanto pesquisadoras, com uma visão interessada e engajada nos estudos feministas, não somos isentas de nos posicionarmos ética e politicamente. Donna Haraway (1995) e Maria De Los Angeles Guevara (2020) discorrem sobre o afastamento da falsa neutralidade do pensamento hegemônico científico ocidental em busca de um olhar posicionado que procura traduzir as vivências, sensações e afetos a partir da perspectiva dos estudos feministas do Sul:

O feminismo tem a ver com as ciências dos sujeitos múltiplos com (pelo menos) visão dupla. O feminismo tem a ver com uma visão crítica, conseqüente com um posicionamento crítico num espaço social não homogêneo e marcado pelo gênero. A tradução é sempre interpretativa, crítica e parcial” (HARAWAY, 1995, p. 31).

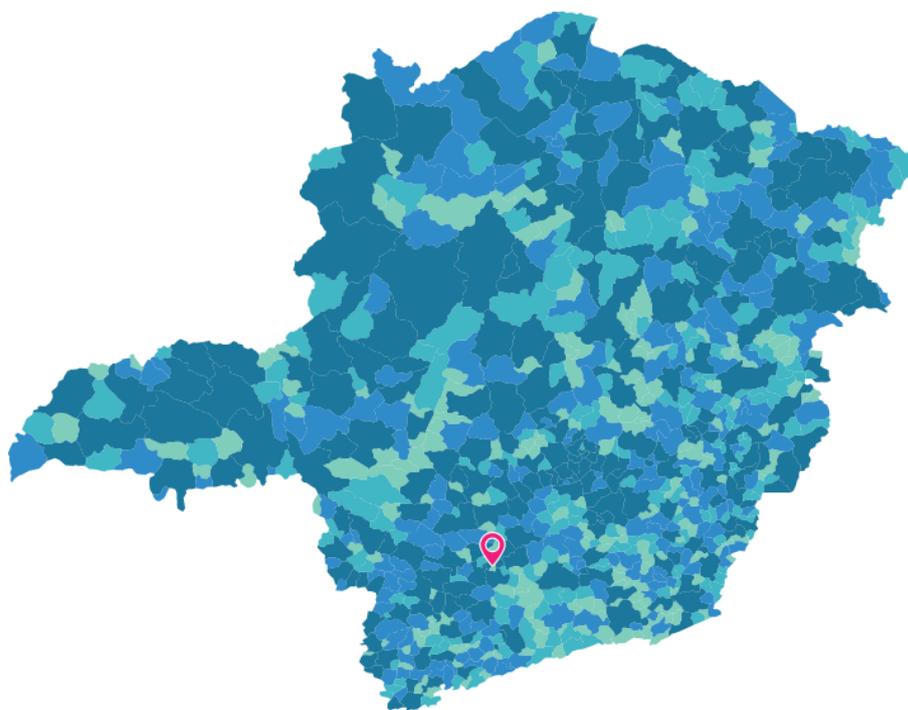
É importante ter em mente a natureza “corporizada” das experiências narradas, que trazem histórias e pontos de vista diversos. Vejamos o que nos diz Guevara (2020, p.116):

[...] É possível assim, desde o ponto de vista metodológico, construir uma espécie de cartografia das experiências protagonizadas pelas mulheres, tecer as narrativas individuais com as coletivas e olhar através das janelas que elas abrem para a estrutura que relaciona o aparentemente invisível com a estrutura socioeconômica mais ampla [...] (tradução nossa)

O local de realização da pesquisa empírica foi o município de Perdões, que foi fundado em 1911 e emancipado em 1912. O município está localizado no Campo das Vertentes, a oeste do Estado de Minas Gerais, na microrregião de Campo Belo e tem um território de 276,978 km². Sua população no último censo populacional de 2010 era de 20.087 habitantes e estima-se que em 2020 tenha alcançado os 21.485 habitantes, segundo os dados do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O PIB - Produto Interno

Bruto per capita é de R \$22.987,59 (dados de 2018). O salário médio dos trabalhadores formais em 2018 era de 1,9 salários mínimos e, nesse mesmo ano, haviam 4.867 pessoas ocupadas (formalmente), totalizando 22,9% da população e, em 2010, 34,5% da população vivia com até meio salário mínimo.

Figura 1: Localização do município de Perdões no mapa de Minas Gerais



Fonte: IBGE Cidades – 2021

A pesquisa foi desenvolvida junto às mulheres pertencentes à AMAGRI - Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões. Atualmente a Associação conta com 35 associadas. A amostragem para as entrevistas narrativas foi intencional (GOODE; HATT, 1975), de acordo com a aceitação e disponibilidade das mulheres em conceder as entrevistas. Busquei ouvir tanto integrantes com mais tempo de associação quanto recém associadas. A caracterização mais detalhada da Associação estará no próximo tópico, quando passo a expor os resultados da pesquisa de campo. Participaram das entrevistas narrativas dez mulheres, cujo perfil se destaca no quadro a seguir. A cópia Declaração de Ciência e Consentimento para as entrevistas, assinado pela presidente da AMAGRI, se encontra nos Anexos.

Quadro 1: Perfil das mulheres entrevistadas

Nome Fictício	Idade	Profissão	Etnia	Escolaridade	Estado civil	Filhos
Margarida	42	Artesã	Branca	Superior incompleto	Solteira	4
Suculenta	49	Agricultora	Branca	Ensino médio	Casada	3
Hortênsia	44	Agricultora e quitandeira	Branca	Ensino médio	Casada	1
Jade	42	Agricultora e representante comercial	Branca	Superior	Casada	2
Gerânio	41	Agricultora e quitandeira	Branca	Ensino médio	Casada	1
Rosa	27	Agricultora e Artesã	Branca	Fundamental incompleto	Casada	0
Adália	41	Agricultora e empresária	Branca	Superior	Casada	3
Girassol	36	Agricultora e balconista	Branca	Superior	Casada	1
Copo de Leite	57	Agricultora	Negra	Superior	Casada	3
Orquídea	56	Agricultora	Branca	Fundamental incompleto	Casada	2

Fonte: Da autora (2022)

No estágio preparatório para as entrevistas elaborei um tópico guia a fim de balizar as entrevistas. Lembrando que esse tópico foi usado com flexibilidade se adaptando às necessidades, conforme o andamento das narrativas, conforme indicam Bauer e Gaskell (2002). A fim de manter o anonimato das entrevistadas, solicitei a cada uma que escolhesse um nome de flor de sua preferência, a fim de identificar suas falas. Durante as narrativas, busquei conhecer a história de vida de cada uma das mulheres desde a infância até os dias atuais. Sua relação com o trabalho, tanto doméstico, não remunerado, quanto o trabalho formal. Busquei também, saber de que forma cada uma chegou à associação e qual a importância da associação na vida e no trabalho de cada uma delas. Procurei interromper o mínimo possível, somente com incentivos para que continuassem, quando a narrativa ia esfriando. Todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCL, cujo modelo se encontra nos Anexos e também a Declaração para uso de arquivos, registros e similares.

Houve um atraso na realização das entrevistas provocado pelas medidas de distanciamento em vista à pandemia da COVID-19. Aventurei fazer as entrevistas de forma online, o que poderia interferir na qualidade dos relatos, mas com a flexibilização das medidas restritivas e o avanço da vacinação, foi possível realizá-las presencialmente, tomando as medidas de segurança cabíveis de acordo com as normas do Ministério da Saúde, como uso da máscara e higienização das mãos.

A técnica de observação participante foi realizada por meio da participação em todo processo da aplicação de um diagnóstico participativo, bem como na devolutiva dos resultados, nas visitas de campo realizadas nas propriedades de algumas das associadas, na visita à feira livre e também na entrega dos produtos para o PAA, que é realizada uma vez por semana.

Após a realização das entrevistas, fiz a transcrição e separação das narrativas, em categorias, de acordo com os objetivos específicos, o que permitiu fazer uma análise e interpretação de conteúdo à luz das teorias apresentadas nas considerações teóricas e na revisão da literatura. Somando-se a isso, busquei enriquecer os resultados e as discussões com as anotações do Diário de campo, colhidas durante a observação, bem com os demais dados colhidos em conversas e durante a aplicação do Diagnóstico Participativo e demais fontes de pesquisa documentais. Vale lembrar que, por se tratar de pesquisa qualitativa que se utilizou da técnica de Entrevistas Narrativas, esse trabalho não teve como foco principal trazer dados numéricos, mas sim a beleza, os detalhes e o significado das narrativas das mulheres.

Foram dias de profundas experiências, em que pude conhecer o universo de mulheres incríveis, suas histórias e seus sonhos. Todas as entrevistas, com exceção de uma que foi realizada em Lavras, foram feitas no município de Perdões, em lugares e horários mais propícios para as entrevistadas. Alguns encontros foram realizados em locais públicos, como igreja e praça e outros foram agendados nas residências das associadas, inclusive em suas propriedades rurais, onde pude conhecer um pouco do trabalho de cada uma.

5 AMAGRI: ENTRE VIDA, TRABALHO E UNIÃO. UMA HISTÓRIA TECIDA A VÁRIAS MÃOS

A seguir, apresento o resultado e as reflexões a partir do trabalho de campo realizado, onde foi possível observar, ouvir e conhecer a realidade de vida e de trabalho das mulheres e da Associação.

Susana Rostagnol (2018), ao falar sobre os estudos antropológicos feministas, reflete que, no passado, as mulheres eram apenas mencionadas na pesquisa. A elas, era conferido um lugar secundário, acessório, mudo. Eram vistas, mas não eram consideradas sujeitos. Os homens “eram os informantes, enquanto as mulheres eram as faladas” (ROSTAGNOL, 2018, P. 118). A antropologia feminista questiona sobre o lugar atribuído às mulheres nas pesquisas, tratando de posicioná-las como sujeitos sociais e culturais. Nesta pesquisa, são elas quem falam! Elas são as donas da palavra! Apresento-vos as mulheres da AMAGRI!

5.1 Caracterização da AMAGRI

A caracterização da associação nos ajuda a conhecer sua história, como foi formada, quais seus objetivos e quem são as mulheres que a compõem. Este item atende ao primeiro objetivo específico desta pesquisa.

A Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões - AMAGRI foi criada em maio de 2017, num esforço coletivo entre a Prefeitura Municipal por meio de suas Secretarias de Agricultura e de Assistência Social, a EMATER- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais e de agricultoras do município, com o intuito de unir mulheres agricultoras para o fortalecimento de suas atividades, oferecendo seus produtos por meio do programa do PAA -Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. A ata de fundação, aprovação do estatuto e eleição da diretoria data do dia 23 de maio de 2017. A diretoria da associação é composta por presidente, vice-presidente, diretora tesoureira, 2ª tesoureira, diretora secretária e 2ª secretária, eleitas para mandatos de quatro anos.

A fim de uma melhor compreensão sobre a importância do PAA para a existência da Associação, faço um breve histórico do programa. O PAA foi criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, com a finalidade de promover o acesso à

alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para tanto, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos e promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, fortalecendo circuitos locais e regionais e redes de comercialização. O programa valoriza a biodiversidade, a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentivando hábitos alimentares saudáveis e estimulando o cooperativismo e o associativismo. O orçamento do PAA é composto por recursos do Ministério da Cidadania. O programa vem sendo executado por estados e municípios em parceria com o Ministério da Cidadania e pela Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB (BRASIL, Ministério da Cidadania).

Um estudo realizado pela CONAB indica que a presença feminina no programa do PAA vem aumentando cada vez mais e, em 2019, o percentual foi de 80% do total dos produtores participantes. A partir de 2011, houve um incentivo à inclusão das mulheres tanto no PAA quanto nas políticas públicas voltadas ao pequeno agricultor. Foi instituído como critério de prioridade na seleção dos participantes, a exigência de uma participação mínima de 40% de mulheres fornecedoras na modalidade de compra com doação simultânea e de 30% na modalidade de formação de estoque (CONAB, 2020). Isso vem ao encontro dos caminhos apresentados por Pessoa; Ramos e Peixoto (2008) para fomentar e promover iniciativas organizadas por mulheres e mostra a importância do papel do Estado nas políticas públicas para a promoção da igualdade de gênero.

Em Perdões, os produtos que a AMAGRI destina ao programa são entregues para o Lar Vicentino Chico Norberto, APAE, Santa Casa, Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC, Lar, Trabalho e Escola do Menor Perdoense – LATEMP, Associação Projeto Vida Nova e Assistência Social. A participação no edital do PAA só foi possível em 2018, devido aos trâmites burocráticos para a formalização da Associação.

Outro programa governamental também se faz importante e conta com a participação da AMAGRI. Em 2020, houve a inclusão da Associação também no fornecimento dos produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, o PNAE, que destina os alimentos aos estudantes da educação básica pública. Esse programa

repassa verba aos estados e municípios e escolas federais a fim de cobrir 200 dias letivos. A fiscalização fica por conta dos Conselhos de Administração Escolar – CAE entre outros órgãos públicos. A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, impõe que, no mínimo 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para o PNAE deve ser utilizado na compra de alimentos provindos da agricultura familiar, do empreendedor familiar rural ou de suas organizações

Além dos programas acima citados, as mulheres da associação possuem barracas disponíveis para a participação na feira livre que ocorre todos os sábados no centro da cidade e eventualmente participam de eventos promovidos pelos seus parceiros. As associadas contam também com canais próprios de comercialização de seus produtos e, recentemente, o grupo começou a participar em projetos turísticos desenvolvidos pela Prefeitura Municipal, que tem investido no fomento do turismo rural. Dentre os produtos oferecidos pelas associadas estão: cafés especiais, verduras e legumes, frutas, doces e geleias, quitandas, cachaça, congelados e artesanato.

A Associação conta atualmente com 35 mulheres, agricultoras, artesãs e quitandeiras, pertencentes às comunidades rurais e à cidade de Perdões. Foi acordado em ata que cada nova associada deve contribuir com a quantia de R\$25,00 e também que 4,15% do valor provindo dos produtos entregues para a CONAB, seria retido para o custeio das despesas.

A AMAGRI não possui sede própria e funciona em uma sala gentilmente cedida pela EMATER, com quem possui vínculos estreitos de cooperação. A EMATER foi e é primordial desde o início da Associação. Seu objetivo é fortalecer e incentivar as organizações sociais do meio rural, ajudando na aplicação das políticas públicas, com foco nos negócios da agricultura familiar e nas cooperativas. Além disso, presta assistência individual aos produtores, nas atividades do sistema de produção, gestão e comercialização. As integrantes da Associação citam sempre a importância fundamental dessa parceria.

A partir de outubro de 2020 a AMAGRI passou a fazer parte da Rede Estratégia ODS, uma rede que tem o fito de fomentar o debate sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável e promover o engajamento e conscientização de atores-chave da sociedade, para o cumprimento da Agenda 2030. A agenda 2030 é um plano de ação global, com 17 metas, nascido de um acordo firmado pelos países que compõem a ONU- Organização das Nações Unidas. A meta é erradicar a pobreza e promover

qualidade de vida a todos. Comprometidas com o combate à fome e com a segurança nutricional das famílias, a AMAGRI tem buscado promover e incentivar alternativas sustentáveis de produção (WIVALDO, 2021)

Thaynara Silva (2020) traçou o perfil das agricultoras pertencentes a AMAGRI. Segundo sua pesquisa, a Associação é composta por mulheres de diferentes faixas etárias, sendo que sua maioria, 70%, têm entre 36 a 45 anos. 90% das mulheres são casadas ou possuem união estável e 90 % delas possuem um ou mais filhos. Quanto à renda mensal, 60% das mulheres recebem até um salário mínimo. A maioria das propriedades são de pequeno e médio porte, 77,8% das propriedades possuem até 5 hectares, o que corresponde a 50 mil metros quadrados.

Em 2019, com a ajuda de uma equipe do Instituto Federal do Sul de Minas – Campus Bom Sucesso, as integrantes da AMAGRI definiram sua Missão, Visão e Valores:

Missão: Contribuir para a valorização da mulher na agricultura familiar, buscando empoderamento feminino na produção agrícola familiar, agregando valor aos produtos e visando a qualidade de vida das associadas e moradores da região.

Visão: Ser uma cooperativa para a valorização, visibilidade e sustentabilidade da mulher do campo, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar, criando valores para as produtoras rurais, sendo referência na região do Campo das Vertentes.

Valores: Ética, cooperativismo, respeito, responsabilidade social e ambiental

A logomarca da AMAGRI representa um coração azul claro e dentro dele uma mulher de longos cabelos enfeitados com flores, trazendo nas mãos uma cesta com legumes, verduras, café e milho. Dentro do coração se lê Amagri e contornando-o está o nome por extenso da Associação. Essa representação evoca a força da mulher do campo, seu amor e seu cuidado para com o que produz. Remete à delicadeza, qualidade comumente apontada como um atributo feminino, no cuidado da natureza e de todos que a rodeiam.

Figura 1- Logomarca da AMAGRI



Fonte: Redes Sociais da AMAGRI (2022).

5.2 Um diagnóstico participativo e emancipador

A participação efetiva na aplicação de um diagnóstico participativo da Associação, aliada às narrativas das mulheres, possibilitou analisar e compreender aspectos que atendem ao terceiro objetivo específico, proposto neste trabalho, que é conhecer a Associação e os anseios e demandas do grupo relativos às suas atividades. Quais as metas, plano, desafios e necessidades.

Particpei, como observadora ativa, do diagnóstico que foi realizado junto às associadas da AMAGRI. Esse diagnóstico foi realizado em um final de semana, nos dias 22, 23 e 24 de outubro de 2021. O método utilizado foi o DRPE – Diagnóstico Rápido,

Participativo e Emancipador, cujas práticas são detalhadas na obra do professor José Roberto Pereira, supracitada, que coordenou pessoalmente os trabalhos, junto a equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Lavras - INCUBACOOOP/UFLA. Foi possível acompanhar a aplicação das técnicas e participar como convidada e observadora ativa de todo o processo, ao que passo a seguir a descrever e comentar.

Os encontros aconteceram na sede do Mundo Cênico, uma associação parceira que gentilmente cedeu o espaço. Regados a um bom cafezinho, sucos naturais, quitandas e doces deliciosos, produzidos pelas associadas, as dinâmicas, conversas, visitas e demais atividades, propiciaram uma oportuna integração entre as associadas, que puderam estreitar os laços de amizade e colaboração entre elas.

Os trabalhos da manhã da sexta-feira deram início com a apresentação de todos os participantes, associadas, equipe da INCOBACOOOP e convidadas presentes. A ausência de algumas associadas foi justificada pela presidente. Muitas não puderam deixar seus trabalhos e/ou famílias, outras estariam participando em alguns períodos pelos mesmos motivos. Durante a apresentação, cada mulher teve a oportunidade de discorrer um pouco sobre si, sua família, seu trabalho, o que produz e sobre seu ingresso na associação. Essa apresentação teve o propósito de aproximar a equipe das associadas (PEREIRA, 2017), algumas integrantes não conheciam todas suas colegas de associação.

Na sequência, foi proposta a técnica do Mapeamento histórico, na qual, as mulheres foram convidadas a desenhar no chão, com giz, o mapa do local onde vivem, situando-o na paisagem do lugar, na vizinhança, nas estradas e nos detalhes que lhes viessem à memória. Enquanto desenhavam foram convidadas a falar sobre o trajeto que fazem cotidianamente para o trabalho e para chegar à sede da AMAGRI. Foram incentivadas também a discorrerem sobre o tamanho e as características de suas propriedades, sua produção, o acesso ao abastecimento de água e às estradas. Cada uma das participantes ficou incumbida de fazer, em casa, um desenho de sua propriedade para levar no dia seguinte. Foi interessante notar que, embora iniciando de forma tímida, logo o trabalho ganhou forma e houve uma grande interação entre todas, ajudando mutuamente na localização de cada propriedade. Pude notar que a técnica as levou a refletirem sobre suas realidades a se localizarem no espaço onde vivem, localizarem as associadas que são suas vizinhas e aquelas que moram mais distante. O exercício também ajudou na visualização de problemas e questões relacionadas ao espaço territorial, o que abriu

caminho para a segunda técnica complementar proposta: a Caminhada Transversal. Uma questão interessante é que nenhuma associada soube precisar qual o tamanho exato de suas propriedades.

Fotografia 1 – Mapeamento Histórico



Fonte: Da autora (2021).

Era já na parte da tarde. Separados em três equipes, que se utilizaram do mapa para traçar as rotas mais próximas, partimos rumo à visita às propriedades. Isso possibilitou a todos e a todas a visualização real daquilo que foi expresso no mapa. A equipe da qual fiz parte, visitou quatro propriedades. Pudemos conhecer, *in loco*, o trabalho de cada uma, suas hortas, lavouras e criação de animais. As próprias associadas apresentaram suas propriedades e, num bate papo, falaram sobre suas rotinas diárias, seu trabalho, as características do lugar, os planos e demais informações que complementavam aquelas fornecidas durante a confecção do mapa. As características das propriedades e de cultivos são bem diversas e são, em geral, pequenas propriedades. Uma característica em comum é a presença das hortas, com cultivos de legumes e verduras que são comercializadas pelas associadas.

Foto 2 – Caminhada Transversal



Fonte: Da autora (2021).

No dia seguinte, as produtoras trouxeram sua tarefa de casa. Foi feito um varal com os desenhos produzidos por elas e cada uma foi convidada a explicar aos demais o que foi representado na figura. Muitas comentaram sobre a dificuldade no desenho, sobre o auxílio dos filhos e do marido na confecção da obra. Essa atividade proporcionou às mulheres a reflexão sobre a infraestrutura que possuem, como é distribuído o espaço e também permitiu a visualização e o planejamento do que pretendem fazer, melhorias, mudanças e cuidados.

Foto 3 – Varal de desenhos



Fonte: Da autora (2021).

Logo após a apresentação dos desenhos, foi proposto a elaboração do Diagrama de Venn, também conhecido como Jogo das Bolas. O Diagrama de Venn consiste em representar graficamente, em forma de círculos, as organizações, públicas ou privadas, que têm importância e atuação sobre o grupo estudado. Essa técnica permite uma visualização de interação do grupo com as demais organizações e a importância de cada organização na vida desse grupo (PEREIRA, 2017). Foi solicitado às associadas que fizessem uma lista das organizações que têm importância para elas, logo em seguida, um círculo com o nome AMAGRI foi desenhado no centro do quadro e solicitou-se que as organizações “parceiras” fossem representadas por círculos maiores e menores, mais distante ou mais próximo do círculo central. As associadas foram convidadas uma a uma, contando com a ajuda das colegas, a desenharem os círculos. Essa técnica contribuiu com

a conscientização sobre a existência e a importância das organizações parceiras. Algumas das associadas não tinham conhecimento ou nunca haviam parado para pensar sobre a cadeia de relacionamento da Associação.

Dentre as principais instituições, foram citadas:

- EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais: Tem grande importância para a associação. A sede da AMAGRI se encontra numa salinha cedida pela EMATER, que auxilia tanto na assistência técnica nas propriedades quanto na lida com documentações, trâmites burocráticos e na participação em eventos. Foi relatado que, durante o início da pandemia, a ajuda e o incentivo da EMATER foram fundamentais para que o grupo não desistisse de suas atividades. A empresa foi representada por um círculo do mesmo tamanho e no mesmo lugar que a AMAGRI;

- Instituto Federal de Bom Sucesso: O IF teve importante papel na pessoa da professora Dani, moradora de Perdões que teve grande influência na formação da AMAGRI, incluindo a associação em seus projetos de extensão voltado para mulheres do café. O Instituto também auxiliou no desenvolvimento da logomarca, na formulação da missão e valores da Associação, bem como na elaboração de cartilhas. O IF colaborou também na obtenção de recursos junto ao Banco cooperativo da cidade;

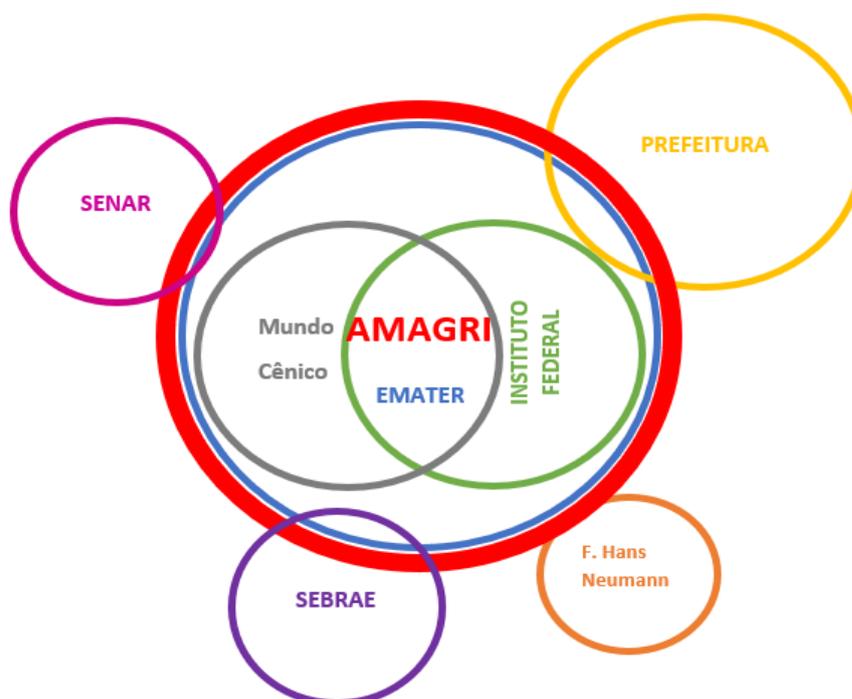
- SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas: Fornece cursos voltados para a cooperação. Atualmente as associadas estão frequentando um curso que terá duração de um ano, cujos encontros ocorrem mensalmente. Para as associadas o SEBRAE possibilita acesso ao conhecimento e com seus cursos, uniu mais as mulheres;

- Mundo Cênico: Trata-se de uma associação privada, sem fins lucrativos, cuja missão é incentivar, fomentar e contribuir para a cultura e a arte da cidade de Perdões. O local é gentilmente cedido para reuniões e encontros da AMAGRI, como por exemplo, as atividades desse Diagnóstico Participativo. Uma artesã da associação também tem, na sede do Mundo Cênico, espaço para expor seus produtos. O espaço também abre as portas para receber os filhos das associadas, que participam de peças de teatro e demais eventos culturais que são promovidos.

- Fundação Hans Neumann: Iniciativa de um grande grupo comercializador de café, a fundação tem projetos relacionados ao fortalecimento da cafeicultura familiar. A parceria ainda está no início e ainda nenhuma ação concreta foi realizada.

- SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural: oferece capacitação profissional rural e oferece às associadas cursos gratuitos sobre criação e reprodução de animais, controle de pragas. Algumas das associadas já frequentaram os cursos.
- Prefeitura Municipal de Perdões: As secretarias de Agricultura, Assistência Social, Educação e Cultura prestam relevantes auxílios à associação com relação a trâmites burocráticos relacionados aos Editais do PNAE e do PAA, bem como no suporte necessário para realização de eventos. Existe o cuidado por parte das associadas de usufruírem da assistência prestada pela prefeitura sem, contudo, deixar que a associação seja usada para fins eleitoreiros. Abaixo segue a representação do diagrama desenhado pelas associadas.

Figura 2 – Diagrama de Venn da AMAGRI



Fonte: Relatório DRPE AMAGRI (2021)

Dando sequência às atividades, foi apresentada a técnica Entra e Sai. Essa técnica “permite avaliar com os participantes a sua dependência ou autonomia em relação ao mercado” (PEREIRA, 2017, p.136). Permite ao produtor visualizar onde se encontra na cadeia produtiva, quem são seus fornecedores de insumos e quais são os canais de

comercialização de sua produção. Foi feito um quadro com cinco colunas divididas da seguinte forma: o que entra, de onde vem, o que tem, o que sai, para onde vai.

As participantes foram convidadas a colaborar umas com as outras à medida que foram se lembrando dos detalhes de sua produção e de toda sua cadeia de logística. Existe uma dependência do mercado de Perdões e Lavras para a compra de insumos e que as produtoras nunca haviam cogitado a ideia de unirem-se para comprarem os insumos de forma conjunta conseguindo assim um preço melhor. O aluguel de trator também é feito de forma individual, quando há necessidade. O trabalho é essencialmente familiar ou contratam terceiros quando há necessidade. Às vezes contam com ajuda dos vizinhos. Das mulheres presentes no momento da aplicação dessa técnica, somente quatro possuem empregados fixos. As associadas contaram que possuem o costume de anotar todos os custos da produção e que aprenderam, frequentando os cursos do SENAR, a terem um registro de tudo o que entra e sai. Abaixo, apresento três exemplos que foram apresentados pelas associadas:

Quadro 2 – Técnica Entra e Sai elaborado pelas associadas da AMAGRI

O QUE ENTRA	DE ONDE VEM	O QUE PRODUZ	O QUE SAI	PRA ONDE VAI
Esterco Defensivos Mudas Adubo Máquinas Mão de Obra Energia Água Combustível Embalagens Armadilhas naturais Assistência Técnica	Agro Carvalho Ruralista JL Mudas Agrimar Aluguel Funcionários Cemig Copasa Posto Comb. Botelho SENAR EMATER	Bananas	Bananas	PAA PNAE Feira Vendas particulares Supermercados
Esterco Defensivos Mudas Adubo Máquinas Mão de Obra Energia Água Combustível Embalagens Armadilhas naturais Assistência Técnica	Agro Carvalho Ruralista JL Mudas Agrimar Aluguel Funcionários Cemig Copasa Posto Comb. Botelho SENAR EMATER	Verduras e Legumes	Cenoura Beterraba Jiló Quiabo Alface Couve Tomate Rúcula Cebolinha Agrião Mandioca	PAA PNAE Feira Vendas particulares Supermercados
Tecidos Aviamentos Linhas Aglhas	Loja Galeno TOPS Tecidos AB Costuras Lojas do Brás	Artesanato	Pano de prato Toalhas Bordados Bonecos	Feira Mundo Cênico Casa da Cultura Particular

Cola Miçangas Máquina de costura Tintas Pincéis Feltro	Casa de Embalagem		Enfeites Bolsas Enxovais	
---	----------------------	--	--------------------------------	--

Fonte: Da autora, 2022.

No terceiro e último dia dos encontros do DRPE, foi realizada a técnica chamada Matriz Realidade e Objetivo. Nessa atividade, o grupo foi convidado a refletir e discutir sobre os problemas que enfrentam, quais as causas desses problemas e as possíveis soluções. Isso permitiu às mulheres fazerem uma reflexão em conjunto da real situação da Associação, no que tange às suas dificuldades e problemas e encontrarem, juntas, caminhos possíveis para a solução. Permitiu também a visualização dos objetivos da associação.

Quadro 3 - Matriz Realidade Objetivo da AMAGRI

Realidade	Caminhos	Objetivos
Conciliar o trabalho da roça com o da Associação	Ensinar pelo exemplo Sensibilização pelo convite Café Solidário	Conscientizar a todas sobre a importância da AMAGRI
Comunicação	Reuniões periódicas para prestação de contas Colocar as atas no grupo	Criar outros meios de comunicação além do WhatsApp
Centralização das atribuições	Remuneração da atividade administrativa Aproveitamento das habilidades Capacitação	Descentralizar as responsabilidades Formar a Cooperativa
Não tem sede própria com infraestrutura	Captar recursos	Conseguir sede
Falta de informação sobre o PNAE	Buscar informação Participar do Conselho de Administração Escolar - CAE	Alcançar o percentual de 30% nas vendas do PNAE

Fonte: Da autora, 2022.

As mulheres relataram que existe acomodação por parte de algumas. Algumas associadas não participam das reuniões da Associação. Ficam tão sobrecarregadas nos afazeres do trabalho e não encontram tempo para participarem das atividades. Ao falar sobre a rotina dos afazeres que absorvem todo tempo e disposição das mulheres, uma das participantes diz que parece que ficam perdidas na “Caverna do Dragão”, fazendo alusão a um desenho animado cujos personagens não conseguem nunca sair da Caverna onde estão presos. Outra participante contou que na pandemia, ficou ainda pior, com o filho

em casa, teve que acompanhá-lo nas tarefas da escola e que teve muitas dificuldades, o que foi confirmado pelas companheiras. A dificuldade na gestão do tempo, devido à dupla jornada e aos cuidados com a casa e a família, é pontuada por Silva, Oliveira e Nóbrega (2018), como um desafio que as mulheres enfrentam na participação dos grupos de Economia Solidária. Uma participante contou que depende do esposo para trazê-la à cidade e que, vê as demandas no grupo, mas depende de o marido poder trazê-la de moto ou carro para participar. Essa associada relatou que negocia com ele quais as atividades ela vai poder participar, abre mão de algumas para ir em outras. A falta de apoio e o ciúme por parte de alguns maridos, também foi relatado, como um fator que dificulta a participação delas nos encontros do grupo.

A falta de sentimento de pertença também foi muito evidenciada. Comentou-se da importância da sororidade, de uma animar a outra, incentivar e ensinar pelo exemplo. É importante ter a consciência de que são uma associação, e que todas devem ser solidárias entre si e cooperar para o bom andamento das ações. Uma das mulheres disse: “Eu sou AMAGRI, eu não sou o meu artesanato. Se eu entro numa associação eu tenho que ter consciência”. Outra ressaltou a importância de se criar a cultura da cooperação, que é tema de um curso que estão fazendo pelo SEBRAE.

Pode-se notar, pela leitura das atas, que, apesar da associação ter sido criada em 2017, somente em 2019 suas ações começaram a ser mais efetivas. Infelizmente, a chegada da pandemia do COVID-19 em 2020, impactou as ações e o trabalho do grupo. Isso explica o fato de que muitas associadas ainda não se conheciam e também a falta de integração entre o grupo, dificultando o desenvolvimento de ações que pudessem promover o debate e o entrosamento entre as associadas, o que começou a ser mudado com a participação no DRPE e no curso de Cultura da Cooperação.

Sobre o problema da comunicação, principalmente durante a pandemia, o grupo de WhatsApp da associação se tornou o principal meio de comunicação do grupo. Houve relatos de uma associada de que tem dificuldades para usar o aplicativo. As mulheres concluíram que faltam mais reuniões, mais encontros entre elas e, para que todas saibam o que foi acordado nas reuniões, sugeriu-se que as atas e as prestações de conta sejam postadas no grupo, para que ninguém alegue desconhecimento do que foi discutido. Como salienta Esmeraldo (2018), estimular as mulheres para auto-organização é estratégico para fomentar sua própria autonomia.

O acúmulo de atribuições tem recaído sobre a presidente, que geralmente conta com a ajuda de alguma associada nos trâmites burocráticos. Dentre as justificativas para isso, citaram a falta de tempo e de conhecimento para realizar as tarefas necessárias, o que evidenciou a necessidade de capacitação das mulheres para desempenharem funções administrativas, aproveitando as aptidões de cada uma. A dificuldade na gestão é um dos desafios apontados por Silva, Oliveira e Nóbrega (2018), quando analisam os impactos da participação de mulheres em iniciativas de Economia Solidária. A formação da cooperativa, com a possibilidade de remuneração de uma secretária, também foi apontado como objetivo, embora ficou claro que a maioria do grupo não entendia muito bem o porquê de se transformar em uma cooperativa. Para a maioria, estaria tudo bem continuar como uma associação. Existia um desconhecimento do que é uma cooperativa, como é seu funcionamento e seus objetivos. Quando se fala em cooperativa, muitos têm um certo receio, pelo desconhecimento e por ideias equivocadas a respeito. Atualmente, as associadas estão fazendo um curso intitulado Cultura da Cooperativa e estão adquirindo conhecimento a respeito e começando a entender as vantagens de se tornarem uma cooperativa. É importante lembrarmos da importância das cooperativas no processo de emancipação das mulheres, na (re)significação do trabalho e do lugar ocupado na sociedade, conforme salientam Mundim e Teodósio (2011).

Sobre a necessidade de uma sede, as mulheres concordaram que seria muito bom. “Onde está a AMAGRI?”, diz uma das associadas falando sobre a falta de uma sede adequada, “a AMAGRI tá na mochila que a [...] (cita o nome da presidente) carrega!”. Foi exposto que seria interessante, além de ter uma sede administrativa, onde possam arquivar os documentos e terem uma secretaria, ter um ponto de apoio, um espaço para acolher aqueles que vêm da zona rural, sobretudo os estudantes que são obrigados a, muitas vezes, aguardar o horário do ônibus escolar na rua, sem ter onde tomar água, ir ao banheiro e descansar. A questão do cuidado é sempre presente nas falas das mulheres que almejam uma associação que, além de cuidar dos interesses da produção e comercialização dos bens produzidos, se preocupe também com o cuidado para com as pessoas. Nesse sentido, é importante trazer a fala de Aguayo e Ramirez (2019, p.9): “é necessário ampliar o conceito de Economia Solidária, reconhecendo a centralidade das estratégias das mulheres para a abordagem associativa de economias solidárias do cuidado”.

O caminho para obter a sede própria seria captar recursos por meio de editais para conseguirem verba para a obtenção de um lugar, o que, reconhecem as associadas, não é tarefa fácil. Problemas de infraestrutura também são apontados por Silva, Oliveira e Nóbrega (2018), como um dos desafios enfrentados pelos grupos de mulheres que atuam na Economia Solidária.

Uma outra realidade apontada é a falta de conhecimento mais aprofundado sobre a política e o funcionamento do PNAE. Segundo elas, existem muitas informações distorcidas por parte dos órgãos responsáveis. As associadas sabem que, por lei, no mínimo 30% dos produtos oferecidos aos estudantes na alimentação escolar, devem vir da agricultura familiar e ainda não alcançaram esse percentual, que é um dos objetivos almejados por elas. O caminho apresentado, foi a inclusão de um membro da Associação no Conselho de Administração Escolar para que possam participar das decisões e se inteirar das ações. Mundim e Teodósio (2011) reforçam a importância de uma comunidade emancipada na atuação frente às decisões do poder público, dialogando, deliberando, influenciando e intervindo nas soluções de seus problemas. Para os autores, a noção de emancipação passa, entre outras, pela dimensão política, atuando nas diversas formas de representação de interesse.

Em vista do que foi levantado na Matriz Realidade Objetivo, foi apresentado a última técnica que consiste na eleição das prioridades com o objetivo de elencá-las em ordem de prioridade. Essa eleição é de grande importância para definir as estratégias e plano de ação (PEREIRA, 2017). Um jogo democrático foi proposto: cinco envelopes foram dispostos numa mesa. Em cada envelope foi escrito um dos objetivos escolhidos pelo grupo: conscientização; comunicação; descentralização; sede da AMAGRI; aumento das vendas do PNAE. As associadas receberam notas de dinheiro fictício, nos valores de R\$20,00, R\$10,00 e R\$5,00 e, sob a fiscalização de uma associada eleita, votaram, sigilosamente, colocando os valores, dentro dos envelopes, atribuindo uma nota a cada objetivo que julgasse mais importante. Realizada a votação, os votos foram apurados. As associadas elegeram como principal prioridade a conscientização sobre a importância da Associação. Em segundo lugar ficou a conquista de uma sede própria, seguida pelo aumento das vendas para o PNAE. A melhoria na comunicação ficou em quinto lugar. Como podemos notar, fica evidenciada a importância do sentimento de pertença, a formação da consciência em cada associada, de que pertencem a um grupo que deve caminhar junto e junto lutar pelas conquistas de todas.

Quadro 4 - Eleição das prioridades AMAGRI

Prioridade	Pontuação
Conscientização	R\$80,00
Sede da AMAGRI	R\$75,00
Aumentar vendas PNAE	R\$50,00
Descentralização	R\$30,00
Comunicação	R\$10,00

Fonte: Da autora, 2022.

Fotografia 4 – Eleição das Prioridades



Fonte: Da autora (2021)

No dia 11 de março de 2022, aconteceu a entrega do relatório do DRPE em Perdões, numa reunião com as associadas da AMAGRI. Foi feita a apresentação do relatório bem como de uma cartilha elaborada pelos integrantes da INCUBACOOP.

Na ocasião, pude notar a presença de novas associadas, que se mostraram bastante entusiasmadas e também um maior entrosamento entre todas as integrantes, o que nos faz constatar que o trabalho de conscientização, uma das prioridades eleitas pelo grupo, já está sendo posto em prática. Um outro objetivo que também já ganhou forma é a busca pela sede. O local onde já funciona a AMAGRI será ampliado e equipado, o que descarta a necessidade de busca por um novo local. O objetivo de aumentar as vendas do PNAE também já está sendo alcançado. A AMAGRI aumentou as entregas para o programa. E o trabalho do Diagnóstico Participativo foi só o começo do processo de incubação da Associação, que caminha a passos largos para, em breve, se tornar uma Cooperativa. Segunda a fala da presidente: “... no começo tínhamos medo, estávamos perdidas. O DRPE e o Curso da Cultura da Cooperação vieram nos enriquecer e nos fazer enxergar como a participação é importante. Nos fortalecemos muito!”

De minha parte, posso afirmar que foi uma das experiências em grupo mais bonitas que já vivi, que não cessou com o término das atividades, mas ficou ressoando na mente e no coração de cada uma, inclusive na minha. A oportunidade de participar do DRPE me proporcionou conhecer e observar bem o grupo. Ver como interagiam entre si e como foram estreitando os laços, ver como foram tomando consciência de sua realidade e desenvolvendo o senso crítico para analisar onde estão, onde querem chegar e como chegarão. Posso afirmar que um dos maiores ganhos foi o desenvolvimento da consciência coletiva. Da força da união para a conquista dos objetivos. Acredito que essas mulheres saíram muito mais fortalecidas enquanto grupo. Cientes de sua realidade e sabedoras das possibilidades de crescimento.

Não posso também deixar de mencionar a beleza do trabalho realizado pela equipe multidisciplinar da INCUBACOOP, que mediu todas as atividades com maestria. É através de ações como essa que a Extensão Universitária se materializa. Nesse dar e receber contínuo que nos leva, universidade e comunidade, a aprendermos uns com os outros num processo dialógico que se retroalimenta.

Durante esses dias em que passamos juntas, foram evidentes a alegria e o orgulho das associadas por estarem ali. Por conhecerem melhor umas às outras e poderem saber sobre a vida e o trabalho de suas colegas, suas dificuldades e conquistas. O trabalho

realizado em conjunto contribuiu para que as mulheres fizessem uma análise profunda da Associação, aumentando a percepção da necessidade de se fortalecerem em conjunto, de juntas lutarem para o sucesso do grupo e, conseqüentemente, o sucesso de cada uma. Perceberam o quanto é importante o diálogo e a cooperação. Sentiram o quanto são capazes de se superarem cada vez mais. É nítido esse sentimento no olhar de cada. O encontro propiciou também a oportunidade de saírem de suas rotinas de trabalho e terem um tempo de reflexão e de fala, só delas. Como salienta Guerin (2005), nesses espaços de discussão, reflexão e deliberação coletivas, as mulheres têm espaço de fala pública que antes não tinham. Durante a entrevista posterior, Jade relatou:

[...] a gente teve aquele encontro ali, que foram três dias, foram ótimos, foram maravilhosos! Depois que passa é que a gente vai vendo, vai caindo a ficha, parece até aqueles trabalhos de grupo, assim, parece até de igreja, porque você vê que você tá ali, você pura! Sem a opinião do seu marido, sem seu filho te amolar, entendeu? [...] Então, aquele momento ali, aqueles três dias, depois eu ficava ouvindo a minha própria voz. Um dia conversei como uma menina, outro dia conversei com o Felizardo (membro da equipe da INCUBACOOP). Qualquer coisa, assunto diferente. Você não tá arrumando a cozinha, não tá pondo a roupa no varal! Pelo amor de Deus! Vai ter pro resto da vida, né? E essas mulheres da Associação, me incluo nelas, a gente fica presa nisso, nessas obrigações, né, que são grandes. A gente tem marido que trabalha suado, pesado, que é um serviço árduo demais, então a gente não se permite, entendeu? (JADE).

Essa fala nos faz refletir como trazemos em nós essa crença de que o trabalho doméstico é nossa missão e, quando não o realizamos, devemos nos sentir culpadas, como se não estivéssemos cumprindo o nosso “papel” de mulher. O não se permitir, falado por Jade, é um sentimento comum entre nós, mulheres, que sempre pensamos estar em débito com “nossas obrigações” domésticas. Como nos diz Federici (2018), o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural da personalidade feminina, que faz parte da nossa natureza e nos torna plenas. Ao abrirmos mão, deixar de fazê-lo, estaríamos traindo nossa natureza feminina. Trata-se de mistificações que precisam ser discutidas e superadas. Suculenta, em sua narrativa, contou que, por trabalhar tanto, se sentia em falta com os filhos por não poder ser mais presente na vida deles. Foi preciso fazer terapia pra saber lidar com esse sentimento de frustração.

A seguir, passo a apresentar a fala das mulheres, através das entrevistas narrativas, analisadas à luz dos objetivos propostos e da revisão bibliográfica.

5.3 Me conta sua história

As entrevistas narrativas foram propícias para conhecer a trajetória de vida de vida de cada uma das mulheres, o que favoreceu para a compreensão de que forma elas enxergam seu trabalho e o que representa para elas a participação na associação, o que atende especificamente ao segundo e ao quarto objetivo contribuindo também para a compreensão dos demais objetivos. Lembro que com o fito de preservar o anonimato das entrevistadas, seus nomes foram trocados por nomes de flores, escolhidos por elas.

5.3.1 Meu trabalho é importante

Todas as entrevistadas foram unânimes em afirmar que o trabalho faz parte de suas vidas desde a infância. Todas elas começaram a trabalhar muito cedo. Era costume os pais delegarem tarefas às crianças. “Comecei a trabalhar com oito anos sempre ajudando meu pai na roça”, nos diz Orquídea (56 anos). Ela conta que com 13 anos já começou a trabalhar, como empregada doméstica e, com 14 anos deixou Perdões para morar na cidade vizinha, morando na casa da família onde trabalhava.

O trabalho em família é característica marcante na vida de todas. O trabalho doméstico e do cuidado, ajudando a criar os irmãos, fez parte do cotidiano daquelas que possuem irmãos mais novos. Com exceção de uma, todas entrevistadas possuem ascendência no meio rural e, alguns pais ainda trabalham na agricultura: “Meu pai sempre mexeu na roça, agricultor [...] trazia banana e a gente vendia na rua [...] vendia jiló” (JADE, 42 anos). Nota-se que, as brincadeiras de criança, já simulavam aquilo que os pais faziam na lida “ele mexia com café, a gente ia de trator com ele. Tudo era festa, né?” (HORTÊNCIA, 44 anos). Rosa (27 anos), nos conta o seguinte: “Desde criança o pai e a mãe sempre mexeu com café, aí desde pequena fui levada pra lavoura de café e aí, quando eu tinha mais ou menos 11 anos, aí o pai fez um paninho de saco, daqueles saco de fubá, aí costurou, fez um paninho de café pra mim, aí eu peguei, aí eu comecei ‘panhar’ café”.

Aos poucos, a simples brincadeira de ajudar os pais, foi se transformando em trabalho e o aprendizado da lida cotidiana era incorporado naturalmente. “Não é que tinha aquele serviço. Participava. Igual, quando minha mãe, eles mexiam com rapadura, tinham um engenho, a gente sempre ‘tava’ ali junto. Ajudava uma coisinha ou outra” (HORTÊNCIA). Margarida (42 anos) relatou que vem de uma família muito pobre e com histórico de violência familiar. Com 8 anos de idade, ela começou a trabalhar como

pajem, para ganhar algumas moedas e restos de geladeira. Como era muito nova, levava na brincadeira e ia por causa da comida.

Copo de Leite (57 anos) conta que aprendeu a trabalhar muito cedo: “lavava roupa no ribeirão, batia na pedra, carregava bacia na cabeça, estendia na cerca”. Após a separação dos pais, ela conta que teve que trabalhar em casa de família, junto com sua irmã, para “colocar comida dentro de casa”. Ganhava meio salário e ainda conseguia pagar seus estudos, porque sempre teve em mente que tinha que estudar para ser alguém. Hoje, ela é pós-graduada. Ela nos conta que sua casa era muito pobre e a vida não foi fácil e, sorrindo, nos diz: “a minha história é meio triste, mas vocês não precisam chorar não, porque hoje eu sou uma mulher feliz”. Copo de Leite conta muito orgulhosa, que com o esforço do seu trabalho conseguiu proporcionar estudo aos irmãos, às filhas e também conseguiu construir as casas que hoje a família possui.

O fato de começarem a trabalhar muito cedo, aliado com as dificuldades na locomoção, dificultou a permanência de algumas das entrevistadas na escola. Para se manterem estudando algumas tiveram que vir morar com parentes na cidade. “Eu morava com a minha tia lá na cidade e aí eu ficava a semana inteira lá e vinha né (aos finais de semana, para casa). E aí eu não queria aquilo, ‘tava’ muito ruim, eu gostava, eu queria morar com meus pais. Aí decidi parar de estudar” (SUCULENTA, 49 anos). Ao relatar para o pai a decisão de parar de estudar, o pai concordou com a condição de que ela começasse a trabalhar. Assim ela começou a trabalhar junto com os irmãos, na roça. Girassol (36 anos) também teve que deixar a casa paterna para estudar, “eu tive que ficar, muito nova, com minha vó, porque não tinha como eu ‘tá’ indo e vindo pra poder estudar”. Rosa também relata que chegou a abandonar a escola para trabalhar na panha do café. Mas depois de algum tempo voltou e, com muita dificuldade, conseguiu completar o Ensino Fundamental.

Um fato interessante a ser observado é que as mulheres relatam que além de grande parte trabalho doméstico a elas atribuído, na roça, o trabalho braçal era tão pesado quanto dos irmãos homens: “eu trabalhava igual homem mesmo, assim, eu capinava, ‘panhava’ café” (SUCULENTA, 49 anos). Ainda hoje, o trabalho realizado por elas não é nada leve. “Eu não tenho dificuldade nenhuma em roçar, capinar, limpar, porque eu fui acostumada com isso”, nos diz Girassol. Todas as entrevistadas fizeram questão de frisar que não têm medo de trabalho e acreditam na força do seu trabalho.

A gente trabalhava, plantava café, vendia leite [...] eu era agente de saúde aqui, depois eu fui trabalhar numa padaria. [...] eu desosso boi, desosso porco, eu não sou de desistir fácil, eu sou persistente. Eu já trabalhei de vender leite na rua, eu punha 60 litros de leite numa moto, [...] já fui padeira, entregava pão de moto, agora ‘tô’ nesse projeto, sabe, e eu creio que vou conseguir em nome de Jesus! (SUCULENTA).

É interessante notar como ainda carregamos conceitos do chamado princípio da separação, salientado por Kergoat (2001). Ainda separamos “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”. Ao citar que trabalhava igual homem, Suculenta traz essa crença ainda tão arraigada em nós, de que o trabalho pesado pertence aos homens(,) assim como observou Paulilo (1987), ainda que saibamos que damos conta de fazê-lo.

Todas as entrevistadas têm planos de melhorias, Suculenta sonha em tornar seu sítio autossustentável, Hortênsia realizou o sonho de abrir uma lojinha na propriedade para comercializar seus produtos, Rosa sonha em viver do que ela e o marido produzem, Gerânio (41 anos) diz que quer aumentar as vendas de seus produtos e desenvolver suas atividades na propriedade recém adquirida, Girassol quer abrir seu próprio negócio.

O amor pela roça e por tudo que envolve o meio rural também é presente em cada uma. Somente uma das entrevistadas não vem do meio rural e está na Associação como artesã, mas acaba de iniciar um curso técnico em Agropecuária, o que denota que começa a se interessar pelo meio. O amor e o cuidado pela terra se expressam em muitas falas, como a de Suculenta que diz que a agricultura está dentro dela, “eu adoro, sabe? É uma coisa que tá no sangue [...] eu fico ali, eu planto uma sementinha, eu fico olhando para ver se ela tem brotinho, se tem uma raizinha, se tem ali um bichinho ‘atacando ela’”. Girassol diz que de três irmãs, só ela sempre gostou de roça “eu não consigo desligar da roça, eu tenho que ter contato com a terra, eu gosto de estar no meio de coisa de roça, de plantação, de lavoura”. A proximidade com a natureza está atrelada às mulheres, segundo Angelin (2014), por várias questões, dentre elas o cuidado com a vida tão bem expressa na fala dessas associadas.

Além do trabalho na produção da roça e/ou do artesanato, o trabalho doméstico e do cuidado faz parte da vida de todas essas mulheres. Todas cuidam da casa e poucas contam com a colaboração dos demais moradores. Ao serem indagadas sobre como as tarefas domésticas são distribuídas, das dez entrevistadas, somente três disseram ter “ajuda” do marido e dos filhos. Duas contam com a ajuda de uma faxineira semanalmente. O serviço de casa é feito nas horas que seriam de descanso, Suculenta explica: “o serviço

de casa fica assim, sabe, eu faço de noite, tem dia. Lavo roupa, mas é de noite, às vezes eu deixo a roupa lá na máquina lavando, a hora que eu chego eu ponho no varal.” O trabalho do cuidado é presente na vida dessas mulheres. Um fato que chama a atenção é que oito, das entrevistadas, cuidam ou cuidaram de algum parente idoso. Gerânio, cuida juntamente com a mãe, do pai que tem Alzheimer; Rosa teve que deixar de trabalhar por um tempo para cuidar do sogro enfermo, que foi morar com ela e o marido até falecer recentemente, além de cuidar do pai que também é doente. Jade administra a casa da mãe, Suculenta diz que a mãe é totalmente dependente dela; a mãe de Girassol mora com ela, tem depressão e também depende dela; Hortência cuida da sogra, acamada há vários anos e também tem mãe idosa que inspira cuidados. Orquídea cuidou da sogra e da avó e Copo de Leite cuida da mãe, cuidou dos sogros, de uma sobrinha e também do pai, mesmo ele tendo abandonado a ela e aos irmãos ainda crianças. A inter-relação entre as esferas do cuidado com a produção não pode ser omitida, como salienta Guevara (2020). As discussões trazidas por Laville (2009), sobre o combate à dicotomia público/privado, produção/reprodução, que remetem as mulheres sempre à esfera doméstica, trazem a necessidade de discussão a respeito da distribuição de responsabilidades do cuidado, que sempre recai sobre as mulheres. Para o autor, os problemas da vida cotidiana também são problemas da vida política.

Conciliar o tempo de forma a dar conta de toda essa rotina, não é fácil. Todas as entrevistadas acordam muito cedo, por volta das 5 ou 6 horas. “A gente acorda com as galinhas e deita com as galinhas! É essa rotina aí. O dia não para. Eu falo, às vezes eu sento só pra almoçar ali rapidinho [...] eu queria ser duas, se tivesse uma forma. Eu não dou conta, às vezes eu quero fazer muito, muito.” (HORTÊNCIA). Os cuidados consigo mesma ficam às vezes deixados de lado pela falta de tempo. Suculenta desabafa: “Eu não ando tendo muito tempo não, igual, a sobancelha sem tirar, o cabelo sem arrumar, a unha daquela base. Mas eu não ando tendo muito tempo não. Eu não tenho ajuda não, eu ando trabalhando meio direto”. Ao ouvir o relato dessas mulheres, que se desdobram em cuidar da casa, do trabalho na roça e do cuidado com pessoas idosas, nos lembramos do que salientou Costa (2011) e também com Pereira e Gonçalves (2017), quando dizem que a dupla (ou tripla, no caso de algumas associadas) jornada de trabalho além de ser um fator dificultante para o desenvolvimento de suas atividades de renda, limita o tempo das mulheres e mina sua disposição para se dedicarem aos seus projetos. Federici (2018) também confirma que esse excesso de carga de trabalho, seja remunerado, seja em casa,

significa para a mulher menos tempo, menos energia e mais empenho gasto na reprodução da própria força de trabalho. Isso justifica, em parte, a falta de participação das associadas nas atividades da Associação. Girassol ressalta que é preciso conhecer e entender as dificuldades de cada uma:

Outro dia eu ‘tava’ muito nervosa. Porque eu queria que as meninas participassem e elas não participavam. E eu tô brava, porque eu precisava, o pessoal me cobrando e não participa, aí vem uma senhora de mais de 60 anos, ela e o marido dela, o marido dela já fez cirurgia cardíaca. Ela nunca me falou nada. A única coisa: ela chegou aqui com a caixa cheia de salsinha com um ramo de orégano, tudo trabalhado. Precisa falar mais alguma coisa? “Minha filha, eu não posso participar das reuniões que você quer, mas preciso daqui, isso daqui é o que ajuda eu e o meu marido a ter mais vida, porque a gente ama plantar, se não for isso aqui a gente não tem pra onde vender”. Pra onde que eles vão vender? Olha o cuidado! A salsinha, o ramo amarrado e pôs um raminho de orégano! São esses exemplos que a gente vai captando e vai levando pra vida (GIRASSOL).

Podemos perceber como ainda é presente a lógica do patriarcado, que estabelece que o cuidado com a família e com a casa é um papel naturalizado e esperado da mulher e que essa incumbência mina o tempo e a disposição para se dedicarem mais à Associação: “a gente sabe da realidade de cada uma. Às vezes a gente quer ‘tá lá’, tá querendo ir lá ajudar, mas a gente sabe que o marido e a filha estão em casa esperando para jantar. Isso não é realidade só minha, é a realidade de todas!”, nos diz Girassol, que tem jornada tripla de trabalho.

Fica evidente que a pauta do cuidado deve ser entendida como parte importante das discussões. Reitero o que nos dizem Aguayo e Ramirez (2019, p.9): “é necessário ampliar o conceito de Economia Solidária, reconhecendo a centralidade das estratégias das mulheres para a abordagem associativa de economias solidárias do cuidado”.

A chegada da Pandemia do COVID-19 impactou sobremaneira a vida e o trabalho dessas mulheres. As atividades da feira ficaram suspensas por um tempo e, os prejuízos causados em todos os setores chegaram também à agricultura, como pudemos acompanhar. Nesse período, conforme relata Jucilaine Wivaldo, assistente social da Prefeitura de Perdões e grande colaboradora voluntária da Associação, num esforço conjunto entre AMAGRI, EMATER, IF Sul de Minas, Prefeitura de Perdões e o Sindicato Rural, foi criada a Feira Virtual, onde os produtos eram oferecidos por meio de um

catálogo e entregues nas residências dos moradores, pelos próprios produtores (WIVALDO, 2020). Com o retorno da feira, poucas produtoras voltaram. Das 10 barracas disponíveis para a Associação, somente três estão em funcionamento. Algumas das entrevistadas disseram que querem voltar, porém será necessário se reorganizarem e voltarem a produzir como antes. Estamos atravessando o que Ribeiro (2021) chama de “reorganização da cotidianidade”, onde, aos poucos as novas rotinas vão sendo reformuladas. Assim, é preciso um tempo para replantar as hortas, reestruturar a rotina de trabalho quebrada pela pandemia e assim, voltar a participar das feiras.

5.3.2 Unindo nossas mãos: a Associação e as oportunidades

O ingresso na AMAGRI teve impacto positivo na vida de todas as suas integrantes, oferecendo muitas possibilidades, oportunidades e aprendizados. As entrevistadas descreveram como conheceram a AMAGRI e qual a importância da Associação em suas vidas.

Adália (41 anos), que é associada desde o começo, conta que recebeu um convite. A prefeitura estava organizando uma associação de mulheres para concorrer ao edital da CONAB. Foi realizada uma primeira reunião, ocasião em que o projeto de uma associação de mulheres foi apresentado pela primeira vez. No começo, segundo ela, não houve muita adesão, mas à medida que a Associação foi apresentando seus primeiros resultados, apareceram mais mulheres. De acordo com ela, quando chamaram as mulheres das comunidades para a primeira reunião, eram muitas, cerca de 60 mulheres. “Só que no começo assim, ninguém quer participar, né (...) aí depois veio a feirinha. A feira foi por causa da AMAGRI, a gente é ‘que’ pediu a feira. As barraquinhas vieram e aí tinha muita gente, muita mulher da AMAGRI que ‘tava’ na feira”. Para ela, a Associação representa um olhar diferente para as mulheres. Ela diz que as pessoas se espantam ao saber que em Perdões tem uma associação de mulheres. Adália ainda nos conta que, no início, a intenção era que a Secretaria de Assistência Social assumisse a coordenação da Associação, mas as mulheres logo tomaram o protagonismo e assumiram a responsabilidade de fazer os trâmites burocráticos para a regularização. Com um firme propósito de ser uma associação autônoma e trabalhar na legalidade, com transparência e impessoalidade: “eu sempre falava, chegou abóbora aqui, vai sair abóbora. Não vai sair outra coisa não. E nem vai tirar farinha aqui também para poder fazer política.” Ela

reconhece que a associação é importante e, o que recebem advindo das políticas públicas, não é esmola, é um direito delas. Ao falarem da dimensão política da emancipação, Mundim e Teodósio (2011) enfatizam a possibilidade de grupos como a AMAGRI, construírem com autonomia suas formas de representação de interesses. A dimensão política na realidade da Economia Solidária também é enfatizada por França Filho (2001).

Jade foi convidada por Adália, sua amiga de muitos anos, que insistiu e incentivou. Como ela é uma pessoa articulada e tem acesso fácil em vários lugares, a presença dela traria uma grande ajuda para a Associação. Ela considera que a Associação é um fortalecimento muito sadio para as mulheres. Ela tem orgulho quando pensa que os filhos de todas, ao receberem a merenda, vão dizer “isso foi produzido por minha mãe!”. Jade reconhece a força da associação na vida das mulheres na cooperação entre elas e no fortalecimento do trabalho umas das outras. Ela cita que compra os produtos que as colegas produzem. A importância da mútua cooperação entre as mulheres é expressada: “O pouco que a gente encontra, porque é difícil mesmo, né? Vale a pena. Um pouquinho que você fala assim eu tenho um vínculo com aquela pessoa, por causa da Associação, ela pode contar comigo, né?” (JADE). O convívio com outras mulheres que possuem situação de vida semelhante para troca de experiências, é um impacto positivo da participação de mulheres em empreendimentos da Economia Solidária, conforme salienta Silva; Oliveira e Nobre (2018). O alcance da independência financeira, com a geração de renda e autonomia econômica, também é citado pelos autores. Sobre a importância dessa autonomia, Jade diz:

A geração de renda também, eu acho que ela é muito importante. Quando você tem entusiasmo nas coisas, eu acho que, quando tem esse assunto de mulher e tudo, as coisas acontecem e vem a renda. Pra você ver, essas meninas todas, nessa reunião do SEBRAE, que tá acontecendo, cada mês, toda última quinta do mês, aí, é uma que serve café e ganha por isso. Então, quer dizer, o dinheiro vai pro bolso dela, né. O do PAA, o dinheiro vem pro nome dela. Esse dinheiro é importante. Você faz o que você quiser (JADE).

Comentando sobre a importância de a mulher ter uma renda em seu próprio nome, a autonomia financeira, ela lembra que, na maioria das vezes, as mulheres não têm acesso ao dinheiro que o marido ganha no trabalho e seria justo que ela partilhasse dessa renda, porque “a mulher trabalhou muito pra aquilo acontecer, porque até para que a marmita tivesse pronta, ‘pra’ que ele comece lá no meio da roça. E esse dinheiro nunca chega né?”

Então é muito importante” (JADE). Essa fala nos remete à importância de reconhecer que o trabalho de reprodução das mulheres é tão valioso quanto o trabalho de produção, conforme salienta Oliveira (2021). Validar esse trabalho e sua importância na reprodução da vida, fazendo com que as mulheres reconheçam o valor de seu trabalho é trazer à esfera pública o que antes ficava nas sombras, como nos dizem Aguayo e Ramirez (2019).

Rosa é associada desde o começo. Ela conta que um ano e meio após se casar, ela e o marido conseguiram juntar dinheiro e formar uma horta, que era o sonho deles. Como não tinham experiência, plantaram 600 pés de alface. Ao chegar a época da colheita, não tinham onde entregar e perderam muitos pés de alface. Aí ela ouviu falar que ia acontecer uma reunião, que era pra dar o nome das mulheres. Ela compareceu e deu seu nome, mas não sabia muito bem como seria, mas com o passar dos dias, surgiu a oportunidade de participar da feira e, mais tarde, das entregas do PAA. Na feira, sua barraca era mista, vendia verduras, artesanato e quitandas feitas por sua mãe. Mas com a chegada da pandemia decidiram parar, porque ela estava com muito medo, chegou a entrar em pânico e ficar três meses sem sair de casa, preocupada com o pai, que é cardíaco. Essa situação, narrada por Rosa, confirma a pesquisa coordenada por Míriam Nobre (2021), que constata que houve um aumento da necessidade de cuidado, relatado pelas mulheres responsáveis pelo acompanhamento de crianças e idosos. Quero aqui reiterar suas palavras: “O cuidado está no centro da sustentabilidade da vida. Não há possibilidade de discutir o mundo pós-pandemia sem levar em consideração o quanto isso se tornou evidente nesse momento de crise global” (NOBRE, 2021, p.11).

Rosa pretende voltar assim que puder a expor na feira. É questão de conseguir estruturar novamente a horta. Falando sobre as dificuldades sofridas no início da Associação, ela nos relata que, nas primeiras entregas para o PAA, não foi fácil, porque não conheciam como funcionava e demorou muito a vir o dinheiro. Segundo ela, passaram-se 5, 6 meses e nada. Aí muitas pessoas começaram a reclamar, o marido começou a ficar nervoso e quis que ela saísse da Associação, ela disse a ele: “bem, ‘nóis’ não pode sair da Associação, não, porque se todo mundo resolver sair, como que faz? A associação não consegue viver, vamos continuar, Deus ajuda que vai dar tudo certo, tem que confiar [...] aí, quando vê, graças a Deus, deu certo, aí o dinheiro veio!”. O programa do PNAE, segundo Rosa, é melhor nesse sentido, porque toda semana eles já recebem. Ela lamenta ter parado de entregar o café, além das verduras. Isso se deu porque a embalagem que eles estavam utilizando não atendia às exigências do programa e o preço

da embalagem correta é muito alto, não valia a pena pra eles. O ganho que ela tira com seus produtos, ainda não é muito, mas já dá pra complementar a renda da família, dá pra comprar suas “coisinhas” e até ajuda o marido quando ele está sem dinheiro, reforçando o que diz Silva, Oliveira e Nóbrega (2018), quando afirma que uma das transformações sociais observadas em mulheres que participam de grupos de Economia Solidária é a desvinculação da imagem da mulher ao trabalho do marido e autonomia econômica para contribuir na renda da família e na aquisição de objetos pessoais.

Sobre a importância da AMAGRI em sua vida, Rosa diz que sempre achou muito bom. Ela diz que a Associação faz com que ela sinta que as mulheres têm o seu lugar. Isso confirma o que dizem Mundim e Teodósio (2011), que a participação feminina nos grupos de Economia Solidária, pode atuar positivamente nos processos de emancipação, (re)significação do trabalho e do lugar ocupado por elas na sociedade. Rosa nos diz, com brilho nos olhos:

[...] nós mulheres, através da Associação, a gente vê que a gente ainda pode chegar onde a gente quer, lá na frente! Por mais que é custoso, que ainda tem alguma burocracia, algumas coisas assim, mas a gente vê que quando tem mais mulheres junto, a gente tem mais força, né? De vencer. Que graças a Deus ‘nóis lá vai’ vencendo! (ROSA).

A fala de Rosa condiz com o que nos diz Guerin (2005) quando aponta que a união das mulheres em torno de empreendimentos solidários, funciona como espaço de compartilhamento, de lutas e conquistas. É bonito ver como Rosa tem evoluído. Ela já participou com desenvoltura de um debate ao vivo, nas redes sociais (*live*), onde se discutiu a presença da mulher na agricultura. Seu crescimento também tem sido notado no desenvolvimento de sua página no *Instagram*, onde apresenta seus produtos e usa de estratégias de *marketing* digital para comercializá-los. É nítido em seu olhar e seu sorriso o quanto ela ama fazer parte da AMAGRI. A participação na Associação fez a Rosa florescer!

Gerânio conheceu a Associação pelas redes sociais. Ela procurou pelo telefone de contato e ao ligar, foi convidada para uma palestra e, de cara, já gostou e ficou. Ela acha que a Associação tem tudo para crescer muito por causa do empenho das mulheres em ajudar naquilo que é para o bem de todas: “eu falo, não só financeiramente, profissional, mas crescimento da gente, né? É muito bom você saber que tá ali e pode ajudar o próximo

e o próximo vem e te ajuda. É muito bom, é maravilhoso trabalhar em equipe!” (GERÂNIO).

Suculenta também foi convidada por uma amiga e entrou na Associação logo no início da pandemia, quando ela e o marido se refugiaram na roça e começaram a aumentar a produção. Logo começaram a vender na feira, mas com as restrições impostas pelo avanço da COVID-19, tiveram que parar. Podemos perceber nesse e nos demais relatos, como o trabalho das mulheres foi diretamente afetado pela pandemia, como nos afirmam Palermo e Capogrossi (2021). Ainda reforçam que os setores com maiores níveis de informalidade são os que mais foram impactados.

Apesar de toda dificuldade, Suculenta se diz muito satisfeita por ser associada: “O que mais me atrai na AMAGRI é a união [...] gosto de conviver com mulheres que trazem coisas boas”. Esse espaço de compartilhamento, conforme aponta Guerin (2005), propicia às mulheres seu espaço de fala, de troca de experiências e de crescimento. Para ela a Associação foi a resposta às suas orações. Seu sonho sempre foi fazer de sua roça uma propriedade autossustentável.

Foi uma porta que se abriu pra mim, né? Eu entrego já minhas verduras lá na EMATER local de entrega dos produtos do PAA e PNAE), eu ganho, assim, já tá ajudando nos gastos, né, porque eu tô conseguindo, por exemplo, eu já comprei, eu ‘tô’ com meus porcos, que já tá criando, que já deu cria, eu já ‘tô’ plantando milho pra alimentar eles, eu já plantei bananeira, já plantei cana, eu tenho horta lá embaixo. E a AMAGRI me ajuda demais porque eu perdia muito na época, por exemplo, eu levava pra feira, não vendia, perdia, agora não, agora eu entrego lá na EMATER. (SUCULENTA).

Hortência ouviu falar da Associação, procurou e se associou. Ela ainda não teve oportunidade de entregar seus produtos para o PAA, porque produz doces, mas participa das demais ações e eventos, expondo seus produtos. Ela considera a AMAGRI uma oportunidade de mostrar seus produtos e compartilhar conhecimento. Ela acha importante a mútua cooperação e os cursos, através dos quais elas têm acesso à informação, o que as incentiva cada vez mais a participar: “estamos crescendo juntas” (HORTÊNCIA). A cooperação e o compartilhamento de experiências são apontados por Silva, Oliveira e Nóbrega (2018) como uma possibilidade proporcionada pela participação nos Grupos de Economia Solidária.

Orquídea também chegou na Associação convidada por uma amiga. E o que ela mais gosta é da reunião com as colegas, da troca de experiências entre todas. Ela conta

que, por intermédio da AMAGRI, passou a receber a visita mensal do técnico do SENAR e já fez vários cursos. Ela nos conta que os assuntos que são tratados nas reuniões giram em torno das necessidades para a produção, o que precisam comprar, os insumos, as mudas, sementes e afins.

Copo de Leite sempre foi muito curiosa e sempre gostou de fazer cursos. Assim, as colegas a convidaram para participar da Associação. O marido também ouviu no rádio e a incentivou a fazer os cursos oferecidos. Recentemente ela estava afastada das atividades e, incentivada pelas colegas, resolveu voltar a participar. Falando sobre o processo de incubação da AMAGRI para se tornar uma cooperativa, poeticamente, ela comparou à incubação dos ovos para o nascimento dos pintinhos:

[...] eu ‘tava’ lendo sobre a Incubadora. A gente tem também incubadora, nós temos galinhas caipiras. Eu senti assim, que não é só pra criar os pintinhos ali, pra formação deles, pra nascer. Porque eu vejo eles saindo da casquinha, é muito devagarzinho e ele vai bicando, ele mesmo vai quebrando [...] aí eu comecei a pensar e falei assim, nossa, que aconchego! As irmãs lá da AMAGRI, elas são tão unidas que uma aquece a outra e dá vontade de crescimento pra outra (COPO DE LEITE).

Com essa linguagem simples de quem conhece e natureza e sabe interpretar seus sinais, tirando grandes lições de vida, Copo de Leite expressou metaforicamente a importância da união das mulheres em torno da AMAGRI, a importância do calor que é transmitido e que gera vida, na ajuda mútua, no incentivo e na troca de experiências.

Girassol, antes de entrar para a AMAGRI, produziu muita banana e não tinha onde escoar a sua produção. Foi aí que ficou sabendo da Associação. Segundo ela, bateu em várias portas até chegar na EMATER, de onde foi encaminhada para a presidente da associação, que a acolheu e ajudou. “Se hoje eu ajudo muitas pessoas é porque eu fui ajudada. Então, a mesma recepção que eu tive eu tenho para com as meninas que estão chegando, porque eu sei que não é fácil” (GIRASSOL). Para ela, produzir não é difícil pra quem já está acostumada, a dificuldade vem na hora de comercializar a produção. Muitas vezes o que pagam não cobre os gastos que se teve para produzir. Mesmo com a burocracia dos trâmites para a entrega dos produtos para o PAA, ela considera fácil:

Então, assim, o programa PAA, ele é até fácil, difícil é não vender, difícil é não ter pra onde entregar. E dele a gente conseguiu fortalecer para participar em outros projetos. A gente já tinha o PAA, a gente tem

o PNAE, a gente já tem o “boca a boca” que funciona super bem, tem a feira também, a feira digital lá também funciona. Até hoje tem gente que tem clientes e entrega através dessa feira. Então assim, a gente tem colhido muitas coisas boas. A gente só tem que fortalecer e buscar mulheres que realmente precisam (GIRASSOL).

Para Girassol, o grupo tem colhido muitas coisas boas. Hoje ela acredita que a Associação precisa de mulheres que estejam dispostas a se capacitar. Não basta mais somente entregar os produtos e não se comprometer com as ações do grupo. As integrantes já estão se capacitando e necessitam de mulheres que venham pra somar: “pra gente manter esse programa, tem todo um protocolo a seguir [...] a gente tem um planejamento, a gente tem um cronograma, a gente tem várias coisas a seguir.” (GIRASSOL)

Margarida (42 anos) viu na internet o anúncio de que o SEBRAE, prestaria consultoria às associadas da AMAGRI interessadas. Ela conta que ficou encantada com a logomarca da Associação que a fez pensar de como a mulher, mesmo trabalhando duro, de sol a sol, mantém a sua delicadeza e alma feminina. Como ela já conhecia o SEBRAE, resolveu procurar informação e se associar, o que foi possível graças a seu artesanato, visto que ela não é agricultora. Desde então ela tem se colocado disponível para ajudar, inclusive trabalhando nos eventos promovidos pelas entidades parceiras, apresentando a Associação e seus produtos. Em sua barraca, na feira, além de comercializar seu artesanato, ela oferece os produtos das colegas. Para ela, a Associação é para somar e é necessário um maior engajamento das todas:

Se eu sou AMAGRI, eu sou AMAGRI! Temos que ter consciência do que é uma associação! Se eu não consigo me associar eu não entro. [...] Se eu vou agregar, acrescentar na Associação, todas têm a ganhar. As agricultoras, as meninas do café, as meninas da quitanda, nós do artesanato! (...)Vamos comprar esses produtos, que são de mulheres guerreiras, mulheres que trabalham, são mulheres independentes. São casadas? São, respeitam o homem? Sim. Mas elas não são mais ajudadoras, elas são trabalhadoras. (...) Eu falei pras meninas, se precisar de mim pra qualquer coisa eu estou lá. Pra acrescentar, pra divulgar o trabalho, crescer, mostrar que as mulheres podem sim! (MARGARIDA).

Essa fala da Margarida traz importantes reflexões, assim como enfatiza Federici (2018), as mulheres precisam entender e reconhecer que seu trabalho é trabalho e deve ser valorizado como tal, com bem disse Margarida, não somos apenas ajudadoras. Outro

aspecto interessante nessa fala é a reflexões acerca da importância da compreensão sobre o que é uma associação e da necessidade de comprometimento de todas para que o grupo todo cresça.

Para compreender de que forma as práticas de Economia Solidária têm auxiliado no processo de emancipação dessas mulheres, foi necessário conhecer e reconhecer a história da AMAGRI e das mulheres que fazem parte desse grupo. As ações da Associação na conquista de meios para escoar a produção, como a participação no PAA e no PNAE, a participação nas feiras e demais eventos, têm contribuído para a conquista da autonomia financeira das mulheres.

Pelas narrativas ouvidas, podemos notar que, por se tratar de uma associação relativamente jovem, que teve suas atividades atravessadas pelas imposições restritivas de uma pandemia sem precedentes, o grupo tem dedicado o esforço e o tempo escasso das associadas na estruturação da associação e no atendimento das demandas mais urgentes relacionadas diretamente ao trabalho das mulheres agricultoras e artesãs. A pandemia trouxe muitos prejuízos a todas. Prejuízos financeiros, materiais e emocionais. Como ouvimos nos relatos, muitas perderam a produção, deixaram de produzir, abandonaram as atividades da feira e tiveram que se adaptar à nova condição, trazida pelas medidas de distanciamento. É compreensível que o tempo agora seja de reestruturação. É preciso consolidar o grupo, arrumar a casa, fortalecer as atividades e só então caminhar rumo às demais demandas.

O retorno dos encontros, sejam reuniões ou cursos e o incentivo à participação, têm fortalecido o vínculo entre todas, propiciando a criação de uma identidade de grupo. Como nos diz Gerânio: “É uma pelo outra! Não tem jeito, sozinho a gente não consegue, porque a Associação só consegue se fortalecer se todo mundo tiver o mesmo objetivo. É objetivo! A gente vai conseguir, vamos todo mundo junto que vai dar certo!”.

As práticas da Associação vêm, aos poucos, contribuindo como um espaço de interação entre as mulheres. É presente, nas falas, como o encontro com as colegas é prazeroso. Orquídea comentou que uma das coisas que ela mais gosta é quando todas se reúnem. Conversar, saber do trabalho da outra, poder colaborar com uma dica ou uma ajuda. Outras mulheres também mencionaram a alegria e a importância do encontro com as colegas. O compartilhamento de experiências no convívio com outras mulheres em situações de vida semelhantes e a troca de experiências são apontados por Silva, Oliveira e Nóbrega (2018), como uma possibilidade de conquista na participação das mulheres na

Economia Solidária.

A importância da Associação na vida das mulheres, pelo que pude notar, até recentemente era essencialmente vista por elas sob o ponto de vista econômico, no sentido da união de esforços para ajuda mútua na produção e comercialização de seus produtos. É notável que com a volta dos encontros presenciais, a participação no Diagnóstico Participativo, bem como no curso da Cultura da Cooperação, vem iniciando um movimento no sentido de começar a entender o que elas chamaram de “pertencimento”, a importância da formação de uma consciência coletiva e da participação política e social.

É importante que o espaço da Associação também se consolide como um espaço onde assuntos que permeiam o universo feminino possam ser debatidos. Existe ainda desconhecimento e estranheza advindas, provavelmente em parte, pelo conservadorismo religioso e político. Infelizmente o debate feminista ainda é cercado de tabus e preconceitos. O conceito de feminismo sempre foi deturpado por visões preconceituosas e por ações que, muitas vezes prestam um desserviço à causa. A luta feminista se configura na busca por uma sociedade em que homens e mulheres tenham direitos iguais, sem hierarquia de gênero. Uma sociedade em que a mulher seja respeitada e ouvida. Pude notar pela fala de algumas entrevistadas, que existe uma certa resistência a manifestações e debates dessa natureza, em parte movida pelo desconhecimento, em parte movida pela repressão masculina:

[...] o marido, se ele vê, ele não deixa participar mais. Não deixa mesmo! [...] Tem marido de associada que não deixa ela ir sozinha na AMAGRI, não deixa! Mas em hipótese alguma, não deixa! Entendeu? [...] tem muitos que não deixam a associada ir sozinha lá porque têm medo do que elas vão ouvir. Essa questão do feminismo, ela existe mesmo. O engraçado é que as pessoas se assustam muito com essa coisa de feminismo, dessa luta. Mas é isso, né? A Associação, ela tá aí justamente para fortalecer as mulheres (JADE).

Durante uma conversa, nos dias do Diagnóstico Participativo, Jade manifestou o desejo de formação nesse sentido. É importante levar as associadas a visualizarem que o fato de estarem unidas numa associação de mulheres, que participam de projetos de políticas públicas que favorecem e incentivam a participação das mulheres, já se constitui um ato feminista. É importante desmistificar essa visão simplista que reduz o feminismo a uma luta contra os homens! Toda vez que uma mulher busca se emancipar, ter sua renda própria, buscar uma melhor condição de vida para os filhos, melhores condições de

trabalho e educação, comida saudável no prato; cada vez que uma mulher exige ser respeitada, ter seu corpo respeitado, ter sua voz ouvida e ter sua própria opinião, ela está fazendo parte da luta feminista contra o sistema patriarcal e capitalista em que vivemos. Cada vez que uma mulher reconhece e legitima a importância do seu trabalho, seja ele remunerado ou não, em casa ou fora, e exige reconhecimento, ela está se posicionando de forma feminista. Essa é a nossa luta!

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de lançar um olhar às mulheres da AMAGRI, ouvir suas narrativas e reconhecer em suas falas as perspectivas teóricas que iluminaram meu processo de escrita, foi instigante e desafiador. Instigante porque me levou a refletir sobre como os padrões característico do pensamento hegemônico que permeiam todo o aparato teórico trazido nesta pesquisa se materializa através do relato de cada mulher. Desafiador porque me trouxe a proposta de ir à campo, utilizando ousadas ferramentas de pesquisa, como a observação participante e a escuta de narrativas. Fui desafiada a desenvolver a minha capacidade de ouvir, de observar e acolher a realidade cotidiana dessas mulheres, sem preconceitos e sem julgamentos. Lindas trajetórias de vida, mulheres cujo trabalho faz parte de suas vidas desde a tenra infância. Mulheres rurais, dotadas de um conhecimento ímpar, adquirido no cotidiano da lida com a natureza. Conhecimento transmitido de geração em geração.

Os encontros para as entrevistas aconteceram sempre em meio ao corre-corre dos muitos afazeres diários dessas mulheres. Em todas as visitas eu sentia um certo incômodo, por tomar-lhes o tempo que é tão precioso. Sei que cada minuto do dia delas é cronometrado. Deixaram seus afazeres para me receber, abriram suas casas e suas vidas. Apesar de meu incômodo, todas se mostraram muito receptivas, alegres e satisfeitas em poder ajudar e orgulhosas em saber que suas histórias de vida eram importantes para mim, importantes para uma pesquisa de mestrado e para as pessoas que futuramente vão ter acesso a esse trabalho. A cada visita, eu voltava encantada e grata. Conheci mulheres incríveis, histórias impressionantes e carregadas de significado.

As perspectivas teóricas das questões relacionadas a trabalho e gênero, trazidas pelas estudiosas da Divisão Sexual do Trabalho e da Economia Feminista ajudaram a enxergar nas narrativas das entrevistadas, padrões que continuam se repetindo, como a divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidado e a sobrecarga de trabalho, que as impede de participar mais ativamente das atividades da Associação, de se dedicarem ao cuidado de si¹ a às atividades de lazer e descanso. Os estudos sobre a Economia Solidária

¹ A discussão a respeito do termo “cuidado de si”, foi tratada pelo filósofo francês Michel Foucault, que dedicou ao tema um tomo da sua obra História da Sexualidade. Para ele, o cuidado de si está relacionado ao voltar-se para si de forma reflexiva, cuidar da própria vida. Esse cuidar de si transforma as atitudes e subjetividades do indivíduo (GALVÃO, 2014). Neste trabalho, o cuidado de si se refere ao cuidado com o próprio corpo.

ajudaram a identificar importantes conquistas advindas da participação coletiva na Associação, como o fortalecimento do protagonismo das mulheres com relação ao trabalho, o combate da invisibilidade do trabalho feminino, o ganho de autonomia e bem estar pessoal e a conquista do lugar de fala. Pelas narrativas fica evidente que as mulheres têm consciência do seu trabalho, sabem do valor que ele tem e de sua capacidade de realizarem. Não o consideram como uma mera ajuda. Mesmo quando a produção é realizada em parceria com seus maridos, é elas quem se sobressaem, é em seu nome que vem o dinheiro dos programas. Ter seu próprio dinheiro, ter conta bancária em seu nome, contribui sobremaneira para o alcance da autonomia. Acredito na importância desse passo para a conquista de reconhecimento e de condições mais igualitárias de trabalho, como defende Federici (2018).

É interessante constatar como as práticas da Economia Solidária e a união das mulheres em associação, ainda que exista muito a ser conquistado, conseguiram preencher o vácuo, como diz Singer (2002), que existia no Mercado, na forma de escoamento da produção das agricultoras. Essas práticas, especificamente a entrega dos produtos para os programas do PAA e do PNAE, promovem uma articulação com a esfera pública, contribuindo para a democratização da economia e evidenciando a importância do papel do Estado na promoção das políticas públicas que promovem a igualdade de gênero. As associadas já começaram a perceber a importância de sua participação nos debates e nas decisões do poder público, como a participação no Conselho de Administração Escolar. A consciência da dimensão política está começando a se formar na Associação. A importância da dimensão social também é notada na partilha, e na ajuda mútua entre as mulheres e na sua preocupação com a comunidade a qual pertencem. A Associação se revelou um potencial espaço de partilha, de colaboração e de desenvolvimento da consciência cidadã.

Existe uma importante lacuna que não foi abordada neste trabalho e que deixo como sugestão para pesquisas futuras: a inserção da discussão sobre raça. É inegável que as mulheres pretas ou pardas sofrem ainda mais a disparidade de condições de trabalho. Elas continuam na base da pirâmide da desigualdade de renda no Brasil. O estudo Estatísticas de Gênero, publicado pelo IBGE em 2021 e citado na introdução desta dissertação, faz um recorte racial e aponta que as mulheres pretas ou pardas com crianças de até três anos de idade no domicílio apresentaram os menores níveis de ocupação, representando menos de 50% das entrevistadas, ao passo que, entre as mulheres brancas,

a proporção foi de 62,6%. As mulheres pretas ou pardas são as mais envolvidas com os cuidados de pessoas e os afazeres domésticos, contabilizando 22 horas semanais, em comparação às 20,7 horas para mulheres brancas. As mulheres pretas ou pardas são as que mais exercem o trabalho de meio expediente, por terem que desenvolver trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, representando 32,7% do total, enquanto entre as brancas o percentual foi de 26,0%. Esses dados só reforçam a importância de incorporar a luta das mulheres negras e sua representatividade na sociedade e no mundo do trabalho, sobretudo nas associações da Economia Solidária e, principalmente no meio rural, onde a herança colonial se faz tão presente.

Finalizando, não posso deixar de me lembrar das minhas avós, citadas no começo dessa empreitada. Quero oferecer a elas um lindo buquê de flores coloridas e vibrantes, flores que como elas, tiveram a ousadia de brotarem e florescerem em terreno nem sempre fértil, perfumando a vida com suas histórias e seu trabalho. Trago Rosa, Margarida, Suculenta, Adália, Jade, Hortênsia, Girassol, Copo de Leite, Orquídea e todo lindo jardim da AMAGRI. E, como a antiga canção diz que fica sempre um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas, trago minhas mãos perfumadas, um sorriso no rosto e a certeza de ter sido a porta bandeira orgulhosa dessa luta que também é minha!

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, Beatriz Eugenia Cid; RAMIREZ, Loreto Patricia Arias. **La Economía Solidaria em la politización del trabajo escondido de las mujeres**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: v.27, n.2, p. 1-12. 2019.
- ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados? **Revista Eletrônica Direito e Política**, Itajaí: n. 3, p. 1569-1597, 2014.
- ALVES, Rubem A. O amor que acende a lua. Campinas: Papyrus, 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.
- BATISTA, Neiza Cristina; BERNARDES, Jefferson; MENEGON, Vera Sônia M. Conversas no Cotidiano: um dedo de prosa na pesquisa. In: SPINK, Mary Jane *et all*. Org. **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro, Centro Edelstein, 2014.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes; 2002.
- BECKER Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 59, nº 3, p. 719-734. 2016.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Feminino: Trajetória de um Tema, Perspectiva para o Futuro. **Estudos Feministas**, vol. 2, nº 3, p. 17-32, 1994.
- BRUSCHINI, Cristina. Instruídas e Trabalhadeiras: Trabalho Feminino no Final do Século XX. **Cadernos Pagu**, nº 17/18, p. 157-196. 2002.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho Doméstico: Inatividade Econômica ou Trabalho Não Remunerado?. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, vol. 23, nº 2, p. 331-353.2006.
- CATTANI, Antônio David. Emancipação social. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CATTANI, Antonio David *et al* (coords.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.
- CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

CONAB - COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: Resultados das Ações da Conab em 2020**. Brasília, DF: Conab, 2021. 23 p. (Compêndio de Estudos Conab, v. 30). Responsável técnico: VIEGAS, Gustavo Lund.

COSTA, Jussara Carneiro. Mulheres e Economia Solidária, hora de discutir a relação. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v.4, n.1, p. 19-27. 2011.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: Helena Hirata *et al.* (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. **O trabalho coletivo como estratégia na construção da autonomia das Mulheres**: Autonomia econômica das mulheres: dados, contribuições e estratégias para a inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho. Natal: Editora Caule de Papiro, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018.

FLORES, Bárbara N.; TREVIZAN, Salvador DP. Ecofeminismo e Comunidade Sustentável. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v.23n.1, jan/abr 2015, p. 11-34.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. **Dicionário Crítico de Feminismo**. São Paulo, (p.256-262), UNESP, 2009.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean Louis. **Economia solidária**: Uma abordagem internacional. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da Economia Solidária em Questão. **Organização e Sociedade**, Salvador. v.8, n.20, p. 1-14 2001.

GAIGER, Luiz Inácio; KUYVEN, Patrícia. Dimensões e tendências da economia solidária no Brasil. **Sociedade Estado**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 811-834, Aug. 2019.

GALVÃO Bruno Abílio. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. **Intuitio**, v. 7, n. 1, p. 157-168, 13 jun. 2014.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. São Paulo, **RAE - Revista de Administração e Economia**. v.35, p. 20-29, mai/jun 1995.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em pesquisa social**. São Paulo: Editora Nacional, 1975.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

GUEVARA, María de los Ángeles Arias. Outra mirada para la outra economia: cuando ele lente nos llega desde los otros feminismos. **Revista Estudios del Desarrollo Social: Cuba e America Latina**. V.8, N.3, 2020. Disponível em: <http://www.revflacso.uh.cu/index.php/EDS/article/view/505>. Acesso em 26/05/2021.

GUSTIN, Miracy B. S.: **Ensaio de Sociologia e Filosofia do Direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, 5, p. 7-41, 1995.

HERRERO, Yayo. Ecofeminismo: una propuesta de transformación para un mundo que agoniza. 2007. Disponível em: <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=47899>. Acesso em: 03/06/2021.

HIRATA, Helena. **Globalização e divisão sexual do trabalho**. Campinas. Núcleo de Estudos de Gênero, UNICAMP, n. 17-18. p.139-156, 2001-2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 37, nº 132, p. 595-609. 2007.

HIRATA, Helena. Teorias e práticas do CARE: estado sucinto da arte, dados de pesquisa e pontos em debate. In: FARIA, Nalu.; MORENO, Renata (Orgs.). **Cuidado, trabalho e autonomia das mulheres**. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Economia e Feminismo, 2. São Paulo: SOF, p. 42-56, 2010,.

HIRATA, Helena; GUMARÃES, Nadya Araújo. **Cuidado e Cuidadoras: As Várias Faces do Trabalho do Care**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 27/12/2021.

ITABORAÍ, N. R. Trabalho feminino e mudanças na família no Brasil (1984-1996): explorando relações. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 20, n. 2, p.157-176. 2003.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 84, Março 2009: 7-47. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/381>. Acesso em 13/5/2020.

KALSING, Vera. S. S. Notas sobre o conceito de Gênero: uma breve incursão sobre a vertente pós-estruturalista. **Revista Científica FAIS. Revista Institucional da Faculdade de Sorriso**. Sorriso-MT, Ano II, n. 2, p. 109-126, jul./dez. 2008.

KERGOAT, Danièle. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. **Revista Pro-Posições**. Campinas, vol. 13, n.1, p. 47-59, jan/abril 2002.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.). **Dicionário Crítico de Feminismo**. São Paulo, p.67-75, 2009.

MUNDIM, Fernanda de Lazari Cardoso; TEODÓSIO, Armindo dos Santos de Sousa. (Des)caminhos e encruzilhadas das mulheres na outra economia: um estudo de caso no assentamento rural Pastorinhas. **Revista Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n.11, p. 104-120, 2011.

MUYLAERT, Camila J. *et al.* Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa quantitativa. **Revista Enferm. USP**, São Paulo, n. 48 (spe 2), p.193-199, dez/2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reusp/a/NyXVhmXbg96xZNPWt9vQYct/?lang=pt>. Acesso em 31/05/2021.

NEVES, Clarissa E. B.; CORRÊA, Maíra B. (org). Pesquisa Social Empírica: Métodos e Técnicas. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.

NOBRE, Míriam (org.). **Um meio tempo preparando outro tempo**: cuidados, produção de alimentos e organização de mulheres agroecológicas na pandemia, São Paulo: SOF Sempreviva Organização Feminista, 2021. Disponível em: https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/04/210407_ummeiotempo_sof_08_rev.pdf. Acesso em 10/01/2022.

OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A trajetória de empoderamento de mulheres na economia solidária. **Revista Gênero**, v.5, n.2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31145>. Acesso em: 20/05/2021.

ONU Mulheres; OIT, Organização Internacional do Trabalho. **Herramienta de Política**. Evaluar el impacto de la crisis de la COVID-19 em las mujeres y los hombres, y apoiar uma recuperacion com perspectiva de gênero. Março, 2021. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/ed_emp/documents/publication/wcms_782875.pdf. Acesso em 11/01/2022.

PALERMO, Hernán M.; CAPOGROSSI, Lorena. Presentacion. Mutaciones y reconfiguraciones en el mundo del trabajo a partir de la expansion del COVID-19. Dossier Pandemia y Trabajo. **Revista Latino Americana de Antropologia del Trabajo**, nº 11, mayo/agosto 2021. Disponível em: <http://www.ceil-conicet.gov.ar/ojs/index.php/lat/article/view/927/769>. Acesso em 10/01/2022.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Editora Paz e Terra: São Paulo, 1993.

PAULILO, Maria Igenes S. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**. Departamento de Ciências Sociais, UFSC Florianópolis, n.28, 1987. Disponível em http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1416/opesodotrabalholeve.pdf. Acesso em 07/03/2022

PEREIRA, José Roberto. **Diagnóstico Participativo**. O método DRPE. Tubarão: Perito, 2017.

PEREIRA, José Roberto; VACCARO, Stefania Becattini (coord.). **Diagnóstico Rápido, Participativo e Emancipador** – DRPE, Associação das Mulheres Agricultoras de Perdões – AMAGRI. Universidade Federal de Lavras – UFLA – PROEC – INCUBACOOOP. Lavras, 2021.

PEREIRA, Janaina Edwiges de Oliveira; GONÇALVES, Alícia Ferreira. A experiência de Mulheres de uma rede de Economia Solidária no Ceará, em narrativas biográficas. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v.2, n.5, p. 290-307, 2017.

PESSOA, Cleudes; RAMOS, Jeannette Filomeno P.; PEIXOTO, Socorro Letícia F., **Economia Solidária e Feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres**. Fórum brasileiro de Economia Solidária. Socioeco.org. 2008. Disponível em http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-108_en.html. Acesso em 04/03/2021.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**, tradução de Fanny Wrabel. 2. ed.- Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaira, 2019. Edição Kindle.

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Descotidianizar” el mundo. La pandemia como evento crítico, sus revelaciones y (re)interpretaciones. **Desacatos. Revista de Ciencias Sociales**, [S. l.], n. 65, p. 106–123, 2021. Disponível em: <https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/2277>. Acesso em: 10/01/22.

RODRIGUEZ, Graciela. Ecofeminismo: superando a dicotomia natureza/cultura. In.: Instituto EQUIT – Gênero, economia e cidadania global [org.]. **As mulheres na Rio +20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Inst. EQUIT, 2013, p.37-56

ROSTAGNOL, S. Antropologia Feminista o cuando o Adjetivo se torna Sastantivo. **Revista Feminismos**, UFBA, v.6, n.1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30370>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. **Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade**. Lutas sociais. São Paulo: Xamã, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. **Ontogênese e Filogênese de gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra as mulheres**. FLACSO Brasil. 2009. Disponível em http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf. Acesso em 20/02/2022.

SCOTT, Joan. W. A mulher trabalhadora. In: DUBE, G. ; PERROT, M. **Histórias das mulheres no Ocidente**. Porto, Edições Afrontamento, vol. IV.1994.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação&Realidade**, PortoAlegre, v.20, n.2, p.71-99, jul./dez., 1995.

SEMINÁRIO NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA, 2., 2018, São Carlos. **Carta de São Carlos do Movimento da Economia Solidária e Feminista**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos UFSCar, 2018. Disponível em: https://fbes.org.br/wp-content/uploads/2018/10/2018-10_CARTA_Mulheres_SaoCarlos.pdf. Acesso 23/04/2021.

SILVA, Rafaelle Amado; OLIVEIRA, Verônica Macario de; NÓBREGA, Suzanne Érica. Impactos da participação de mulheres em iniciativas de Economia Solidária no Cariri Paraibano. **RACE Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v.17, n.3, p. 851-866, 2018.

SILVA, Thaynara Giovanna F. **Perfil das Agricultoras da Associação de Mulheres Agricultoras de Perdões**. Monografia (Graduação) - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Avançado Bom Sucesso, Coordenadoria de Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental. Campus Avançado Bom Sucesso, 2020.

SIMON, Vanessa Pereira. Economia Feminista, Economia Social e Solidária. Paradigma Paraeconômico: Repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia UFSC**. Florianópolis: v. 23, n. 1, p. 1-29, jan./jul., 2020. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/economia/article/view/2175-8085.2020.e71451/43884>. Acesso em 14/04/2021.

SINGER, Paul. Economia Solidária *versus* Economia capitalista. **Revista Sociedade Estado**, Brasília, v.16, n.1-2. 2001.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2002.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, 2004.

TRONTO, Joan. Assistência Democrática e Democracias Assistenciais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 22, p. 285-308. 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WIVALDO, Jucilaine Neves S. As muitas mãos da Associação. **Jornal a Voz das Vertentes**. Perdões: maio, 2021. Disponível em: <https://jornalvoznet.com.br/as-muitas-maos-da-associao>. Acesso em 8/3/2022.

WIVALDO, Jucilaine Neves. Ações para o despertar da agricultura familiar frente a Covid-19. **Portal das Ciências Sociais Brasileiras**. Boletim n.77, 2020. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/boletim/boletim_CS/Boletim_n77.pdf. Acesso em 10/3/2022.

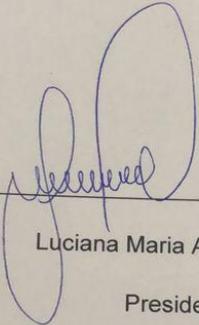
YIN, Robert K. **Estudos de Caso: Planejamento e Métodos**. 2ª Edição. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ANEXO A**DECLARAÇÃO**

Declaro, para os devidos fins, que, na qualidade de representante legal da Associação de Mulheres Agricultoras de Perdões – AMAGRI, estou ciente da pesquisa intitulada Mulher, Trabalho e Economia Solidária, a ser desenvolvido pela pesquisadora Cristiane Reis de Souza, com a colaboração das mulheres que fazem parte da associação. Autorizo a realização das entrevistas com as associadas que voluntariamente se dispuserem a participar do estudo, a participação da pesquisadora, como observadora, nas ações realizadas pela associação, bem como o acesso ao Estatuto e documentos constitutivos da Associação.

Perdões, 30 de agosto de 2021.

Luciana M. Arriel Soares
CPF: 079.084.886-41
Presidente da Associação das
Mulheres Agricultoras de
Perdões - AMAGRI



Luciana Maria Arriel Soares

Presidente

ANEXO B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Prezada Senhora, você está sendo convidada a participar da pesquisa da Universidade Federal de Lavras, de forma totalmente voluntária. Antes de concordar, é importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. Será garantida, durante todas as fases da pesquisa: sigilo, privacidade e acesso aos resultados.

I - Título do trabalho experimental: Mulher, trabalho e economia solidária – Um estudo de caso da Associação de Mulheres Agricultoras de um Município do Campo das Vertentes, Minas Gerais

Pesquisador(es) responsável(is): Cristiane Reis de Souza

Cargo/Função: Mestranda em Desenvolvimento Sustentável e Extensão

Instituição/Departamento: Programa de Pós Graduação do Departamento de Administração e Economia – DAE da Universidade Federal de Lavras MG - UFLA

Telefone para contato: (35) 99172-2825

Local da coleta de dados: Perdões. MG, segundo semestre de 2021.

II – OBJETIVOS

Investigar o que as mulheres pensam a respeito do trabalho que realizam e de que forma participar de uma associação da economia solidária contribui para a reflexão sobre a importância de seu trabalho e para a busca de autonomia e realização pessoal.

III – JUSTIFICATIVA

É importante refletir sobre o trabalho e sobre a forma com que ele pode contribuir na vida das mulheres. A Economia solidária tem se mostrado uma alternativa ao desemprego e também uma forma da mulher conseguir conciliar as multitarefas do trabalho doméstico, bem como tem se revelado um espaço de reflexão, debate, crescimento pessoal e luta pelos direitos das mulheres.

IV - PROCEDIMENTOS DO EXPERIMENTO

Será realizada uma entrevista chamada de entrevista narrativa, na qual você será convidada a nos contar com suas próprias palavras, da forma que achar melhor, sobre suas experiências de vida e sobre seu trabalho. Essas entrevistas serão gravadas para facilitar sua transcrição posterior. Seu nome e seus dados não serão divulgados. Os horários das entrevistas ficarão a seu critério, conforme sua disponibilidade.

V - RISCOS ESPERADOS

A avaliação do risco da pesquisa: BAIXO. Considerando que estamos atravessando a epidemia de COVID-19, serão seguidas todas as orientações de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde e os protocolos de segurança da UFLA. Caso não haja a possibilidade de entrevista presencial, ou caso você prefira, elas poderão ser realizadas de forma online.

VI – BENEFÍCIOS

Contribuir para a pesquisa universitária. Contribuir para a divulgação da associação e para ações que proporcionem o seu crescimento. Contribuir para que cada vez mais as mulheres tenham acesso ao trabalho digno, se desenvolvam em suas potencialidades e alcancem a sua autonomia. Mostrar a importância das associações e dos grupos da Economia solidária no apoio e fortalecimento das iniciativas do trabalho feminino.

VII – CRITÉRIOS PARA SUSPENDER OU ENCERRAR A PESQUISA

A qualquer momento em que você não se sinta à vontade para continuar a ser entrevistada ou, por qualquer motivo, queira desistir de colaborar na pesquisa, basta se manifestar

VIII - CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar do presente Projeto de Pesquisa.

Perdões, ____ de _____ de 2021.

Nome legível: _____ Assinatura: _____

ATENÇÃO! Por sua participação, você: não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira; será ressarcido de despesas que eventualmente ocorrerem; será indenizado em caso de eventuais danos decorrentes da pesquisa; e terá o direito de desistir a qualquer momento, retirando o consentimento sem nenhuma penalidade e sem perder quaisquer benefícios. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da UFLA. Endereço – Campus Universitário da UFLA, Pró-reitoria de pesquisa, COEP, caixa postal 3037. Telefone: 3829-5182.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada com o pesquisador responsável e a outra será fornecida a você.

No caso de qualquer emergência entrar em contato com a pesquisadora responsável no pelo telefone de contato (35)99172-2825

ANEXO C**Declaração de Autorização Para Uso de Arquivos, Registros e Similares**

Declaro que o acesso e uso do arquivo e/ou registro de imagem está autorizado à pesquisadora Cristiane Reis de Souza, com a finalidade de realização da pesquisa intitulada "Mulher, trabalho e economia solidária – Um estudo de caso da associação de mulheres agricultoras de um município do Campo das Vertentes, Minas Gerais".

De acordo e ciente

Perdões, ___ de _____ de 20__

Nome legível: _____